

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

SIMONE DE SOUZA GOIABEIRA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O MERCADO DE TRABALHO: a eja e as
possibilidades de inclusão social.

BELÉM

2021

Simone de Souza Goiabeira

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O
MERCADO DE TRABALHO: a eja e as
possibilidades de inclusão social.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,
Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-
Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos necessários à
obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Orientador/a : Dr. Raimundo Miguel dos Reis Pereira.

Belém

2021

Ficha Catalográfica

GOIABEIRA, Simone de Souza.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O MERCADO DE TRABALHO: a eja e as possibilidades de inclusão social / Simone de Souza
Goiabeira. Cidade: Belém/ Pa FLACSO/FPA, 2021.

Quantidade de folhas f.:il 90

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2021.

Orientador/a: Dr. Raimundo Miguel dos Reis Pereira.

Simone de Souza Goiabeira

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O
MERCADO DE TRABALHO: a eja e as
possibilidades de inclusão social.

Dissertação apresentada ao curso Maestría
Estado, Gobierno y Políticas Públicas,
Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em: 12/12/2021.

Dr. Raimundo Miguel dos Reis Pereira.

Prof./ orientador/a

Universidade do Estado do Pará/UEPA

FLACSO Brasil/FPA

Dr^a. Crisley Oliveira Custodio.

Prof. 2º membro da banca

Instituto Vladimir Herzog/SP

Dr^a Leticia Carneiro da Conceição.

Prof. 3º membro da banca

Secretaria de Educação Municipal de Belém/

Secretaria de Educação Estadual/ PA

Prof./Profa. Título Nome do suplente (suplente)

Filiação institucional

BELÉM

2021

SUMÁRIO.

INTRODUÇÃO	pág.8
1ª - TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL...pág.10	
1.1 - A redemocratização e a retomada da educação cidadã.....	pág.20
1.2 - Políticas educacionais pertinentes.....	pág.22
1.3 - Políticas Públicas, Políticas Sociais, diferenciações e contextos.....	pág.27
2ª - BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PARÁ: desafios e perspectivas.....	pág.31
2.1 - Políticas educacionais pertinentes.....	pág.36
3ª O EJA: EDUCAÇÃO, TRABALHO E O MERCADO DE TRABALHO.....	pág.38
3.1 Reflexão integrada sobre a educação de Jovens e Adultos para a formação de mão de obra como prática seletiva do capital.....	pág.41
4ª ENSINO DE JOVENS E ADULTOS: as perspectivas da construção da representação social e de cidadania.....	pág.47
4.1 Jovens, adultos e trabalho: educação para a emancipação.....	pág.50
4.2 Educação de jovens e adultos e as possibilidades de inclusão social.....	pág.54
5ª A ESTRUTURA DA EJA EM MARABÁ.....	pág.56
5.1 Aspectos sociais e econômicos da Região.....	pág.59
5.2 Aspectos da política educacional da EJA em Marabá.....	pág.62
5.3 Alguns aspectos da Política local de geração de empregos.....	pág.68
5.4 Impactos da Pandemia na Eja.....	pág.74
Considerações finais.	
Referências bibliográficas.	

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Mapa da Cidade de Marabá.....	pág.60
Imagem 2- Transferências do FUNDEB para Marabá.2011/2017.....	pág.66

LISTA DE TABELAS.

Tabela 1- Crescimento do número de matrículas no Brasil.....	pag. 24
Tabela 2- Crescimento do número de matrículas na EJA Fundamental e Médio.....	pág.26
Tabela 3- Taxas de Matrícula na Rede estadual pública EJA.....	pág.33
Tabela 4- Taxas de matrículas no ensino médio.....	pág.34
Tabela 5- Somatória geral das matrículas 2010/2013.....	pág.57
Tabela 6-Taxa de matrículas no ensino fundamental no município de marabá 2010/2013.....	pág.58
Tabela 7-variação de número de analfabetos em marabá entre 1991 a 2010;.....	pág.58
Tabela 8 - Rapasses do FUNDEB 1º Trimestre em 2018 para o município de Marabá.. .pág.67	
Tabela 9 - Repasses do FUNDEB 1º Trimestre em 2020 para o município de Marabá.....	pág.68
Tabela 10 - Relação idade e emprego.....	pág.71
Tabela 11 - Relação entre gênero e emprego.....	pág.71
Tabela 12 - Relação de formação escolar e emprego.....	pág 73
Tabela 13 - Percentuais de número de matrículas na região ...	pág.77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Estruturas Elementares.....	pág.25
---------------------------------------	--------

LISTA DE GRÁFICOS.

Gráfico 1- Número de matrículas entre 2005 /2018 em Marabá.....	pág.76
---	--------

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.

- ACIM - Associação de Comércio e Indústria de Marabá.
- BM- Banco Mundial.
- C.F- Constituição Federal.
- CEAA- Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.
- CEEJA- Centro Estadual de Educação para jovens e adultos.
- CNAEJA - Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.
- CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
- CNCD/LGBT - Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT.
- CNEDH - Comissão Nacional de Educação em Direitos Humanos.
- CNEEI - Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena.
- CNTCC - Conselho Nacional de Transparência Pública e Combate à Corrupção.
- CNTCS - Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social.
- CONAETI - Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil.
- CONFINTEA - Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos.
- DCN-EJA- Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos.
- EJA- Educação de Jovens e Adultos. (colocar em ordem alfabética)
- ENCCEJA- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos.
- FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
- FUNDEF- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
- GUAP - Grupo de Estudos Universitários de Ensino e Aprendizagem.
- GUEAJA - Grupo Universitário de Educação de Jovens e Adultos.
- IBGE- Instituto Brasileiro Geográfico e Estatística.
- IDEB- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- L.C - Lei Complementar.
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases.
- LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal.
- MCP- Movimento de Cultura Popular.
- MEB- Movimento de Educação de Base.
- MEC – Ministério da Educação.
- MEC-USAID - Ministério da Educação/United States Agency for International Development.

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização.

MOVA - Movimento de Alfabetização.

MP - Ministério Público.

PBA - Programa Brasil Alfabetizado.

PGC – Projeto Grande Carajás.

PEJA - Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para atendimento à educação de jovens e adultos.

PLOA- Projeto de Lei Orçamentária Anual.

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PNAT- Programa Nacional de Transporte Escolar.

PNLDEJA - Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos.

PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

PROJOVEM- Campo- Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

PROJOVEM- Prisões- Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

PROJOVEM- Urbano - Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

SECADI- Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Inclusão.

SEDUC/PA - Secretaria Estadual de Educação.

SEMED - Secretaria Municipal de Educação.

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SESI- Serviço Social da Indústria.

SINE- Sistema Nacional de Emprego.

SIVAM- Sistema de Vigilância da Amazônia.

SOME - Sistema de Organização Modular de Ensino.

SUDAM- Superintendência Desenvolvimento Amazônia.

TCU- Tribunal de Contas da União.

INTRODUÇÃO.

Primeiramente, este trabalho é fruto de algumas inquietações acerca da educação pública no Brasil e, como essa educação foi moldada a partir das necessidades do mercado de trabalho, e do capital através de políticas públicas fomentadas pelo Estado, também parte desse interesse vem de vivências pessoais no acesso e apropriação desse conhecimento durante a minha trajetória educacional, como um processo de conquista de espaços, de conquista social na inclusão de indivíduos para sua autonomia no mercado de trabalho a partir das políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro como direito social, fazendo com que estas conquistas reflita diretamente na sociedade positivamente, possibilitando a compreensão de si e do mundo.

Conseqüentemente, como objetivo este trabalho se propõem a mostrar a importância das políticas educacionais em especial sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA), e o mercado de trabalho e suas possibilidades para a inclusão social, somado a análise da intervenção como política pública de combate ao analfabetismo por meio do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) desenvolvido a partir de 2003. Em que esses indivíduos egressos da EJA, encontram dificuldades por conta da seletividade impostas pelo mercado de trabalho por conta dos mais variados aspectos: sociais, econômicos e culturais.

Podemos levar em consideração, que a educação de jovens e adultos, possui grande importância na transformação social e econômica, permite que o indivíduo desenvolva sua emancipação quanto cidadão, se aproprie na construção de seu espaço e de sua representatividade quanto ser social, consciente de seu papel transformador. Portanto, este trabalho procura desenvolver uma análise histórico crítica da relação entre EJA e mercado de trabalho em vistas das Políticas Públicas implementadas pelo Estado, suas lutas e conquistas e possibilidades de inclusão na sociedade letrada, e como a situação da educação de jovens e adultos tem caminhado na atualidade.

A metodologia utilizada neste trabalho se baseia no método dialético-histórico, e cuja metodologia principal é um estudo bibliográfico de autores que dialoguem com os pressupostos que abranjam educação como direito social, trabalho e mercado de trabalho e as possibilidades que a educação proporciona em uma perspectiva histórico crítica e dialógica, dentre esses autores podemos citar Paulo Freire, Moacir Gadotti, Darcy Ribeiro, Pablo Gentili, Davi Antunes, entre outros que contribuem para uma análise histórico crítica da educação no

Brasil mais ampla; também foram realizadas a coleta de dados disponíveis das instituições de governos, de órgãos e sites que disponibilizam informações quantitativas acerca da educação.

Na primeira parte do trabalho, analisaremos a trajetória histórica da EJA, no Brasil, desde seus dispositivos jurídicos e implementação das políticas públicas na área da educação, desafios para a implementação de uma educação pública e de qualidade, no que tange a intencionalidade de uma educação marcada pelos interesses do capital. Na segunda parte do trabalho analisaremos um breve histórico da educação de jovens e adultos no estado do Pará, assim como os desafios enfrentados e novas perspectivas diante dos sistemas educacionais permeados pela lógica capitalista bem como a interação com as políticas educacionais associadas aos interesses coletivos. Na terceira parte do trabalho abordaremos alguns conceitos acerca da educação, trabalho e mercado de trabalho, como conquistas sociais perante ao mundo capitalista, e como esses conceitos contribuem para uma melhor compreensão dessa relação permeada de conflitos, considerando as ações do Estado que se utiliza das políticas públicas como ferramenta de manutenção de poder e uma análise reflexiva sobre a EJA para a formação de mão de obra como prática seletiva do capital. A quarta parte realiza análise de como a EJA, contribui para na construção das representações sociais e da cidadania através do processo de apropriação da educação, não somente como aquisição de conhecimento e mecanismo de inserção no mercado de trabalho, mas considerando as relações humanas para o processo e emancipação. A quinta parte do trabalho faz uma análise da EJA em Marabá, seus aspectos históricos sociais e econômicos da região, bem como aspectos da educação e sua relação com a sociedade, economia e mercado de trabalho, permeados pelas políticas públicas e por fim os impactos da pandemia na educação tomando para análise dados nacionais, regionais e municipais para o desenvolvimento da educação.

Nas considerações finais faremos um retorno pontual em diversos aspectos dos quais impulsionaram este trabalho de pesquisa, tanto as questões explícitas das quais foram divididas para melhor compreensão, quanto às questões implícitas a premissa dada inicialmente, na busca de se promover um possível reexame das condições em que o trabalho fora desenvolvido com acréscimos de novas sugestões que enriqueçam a iniciativa inicial do trabalho proposto, bem como uma possível continuação das pesquisas aqui iniciadas para um melhor entendimento acerca da relação entre educação de jovens e adultos, trabalho e mercado de trabalhos e as possibilidades que de inclusão social.

1 Trajetória da educação de jovens e adultos no Brasil.

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sempre foi um permeada desafio, devido a diversos fatores como: as dificuldades geográficas peculiares de cada região, a formação da estrutura burocrática dos governos locais e regionais, bem como na formulação de políticas públicas, e as estruturas sociais e políticas formadas no decorrer da formação do Estado brasileiro, da colônia ao império segundo Haddad e Di Pierro (2000, p.109) a ação educativa faziam parte tanto da vida dos colonos como dos colonizadores, com suas normas, ações e afazeres limitados aos indígenas na cruzada evangelística.

As mudanças viriam a partir da constituição de 1824, onde a educação primária foi tratada como direito, o que significativa um grande passo para o período, contudo, essas mudanças de governos o Estado brasileiro não foram capazes de realizar transformações mais profundas na educação brasileira por um longo período entrecortados por avanços e estagnação. (HADDAD E DI PIERRO, 2000)

Mediante ao processo inicial de transformações que permitiram o desenvolvimento das políticas públicas ao longo dos anos da formação do Estado brasileiro, iniciada de forma mais contundente com a expulsão dos jesuítas pelas reformas pombalinas (1752), e com a instituição das aulas régias, sinalizando para uma nova visão sobre a educação moderna, pouco mudou na rotina das camadas mais populares que apontasse na para mudanças significativas.(ibid).

Segundo Haddad e Di Pierro (2000), as questões religiosas que ainda moldavam a educação, aos poucos foram sendo deixadas de lado quando as ideias liberais europeias começaram a influenciar os governos brasileiros para a possibilidade de ver na educação como meio de progresso e modernidade da sociedade, contudo esse feito ainda era para poucas crianças e adultos pobres ficavam fora das oportunidades.

Então a educação passa a ser vista como símbolo de desenvolvimento moderno com a nova constituição de 1891 e a descentralização da política das províncias e municípios, manifestações positivas para o ensino da população como meta a se perseguir. Considerando que as oportunidades eram bastante restritas, especificamente destinadas para a população que possuía riquezas, e status social ainda segundo os autores, não existiam recursos destinados para a alfabetização da população, principalmente de crianças e adultos à margem de uma sociedade excludente. (ibid).

“Mais uma vez garantiu-se a formação das elites em detrimento de uma educação para as amplas camadas sociais marginalizadas, quando novamente as decisões relativas à oferta de ensino elementar ficaram dependentes da fragilidade financeira das Províncias e dos interesses das oligarquias regionais que as controlavam politicamente.”(p.109);

Mesmo com com todo aparato em pleno desenvolvimento do Estado, as reformas na educação dificilmente seriam implementadas, dado ao fato de que a ampliação da educação no país necessitaria de grandes volumes de investimentos, somando-se com a precariedade dos espaços e a escassez de mão de obra qualificada para o ensino elementar, logo, a população iletrada e adulta ficaria não seria alcançada. (idib).

Desta maneira, mesmo que o discurso sobre a educação fosse um dos pilares centrais para o desenvolvimento da República, pouco se fez no sentido de se criar políticas para a efetivação desse discurso. Benjamin Constant (1890), como titular da pasta da educação pouco contribuiu para os avanços das ações para democratizar o ensino, resultando na precarização tanto de espaços físicos que acolheram os alunos, quanto às escolhas dos profissionais, muito dos quais, não possuíam qualificação e material didático para ministrar as aulas nos pequenos espaços disponibilizados para este fim, ampliando ainda mais os desníveis no processo educacional (STRELHOW, 2010).

Interessante que, a mesma sociedade política que criticava a cultura de atraso social e institucional do Brasil, era a mesma que fechavam os olhos quando apontava os altos índices de analfabetismo no período, isso em comparação a outros países avançados no desenvolvimentos de formação de suas políticas educacionais, deixavam a desejar em muito no que se refere ao acesso e qualidade. (ibid).

As reformas na educação brasileira, realizadas historicamente a partir de 1930 a 1989, trouxeram alguns avanços significativos diante da demanda nacional e dos desafios logísticos e geográficos que o Estado brasileiro apresentava. Buscaram-se com as escolas normais estudos de graduação e formação de professores, no intuito de capacitar especialistas que atendessem a essa demanda de alunos inicialmente de crianças e por fim de jovens e adultos em situação de dificuldades de aprendizagem ou de formação escolar.

Ainda assim, a educação se manteve restrita às classes sociais com melhores condições financeiras. Ademais dada a extensão territorial brasileira e com suas profundas desigualdades regionais, o projeto educacional não alcançaria a muitos. O autor Florestan Fernandes (1976), aponta que o nascimento da ideia sobre as políticas voltadas para a população, foi sendo desenvolvida em meio às disputas políticas regionais, muito características

da formação da sociedade brasileira, saltando de um mandonismo das antigas estruturas das elites escravocratas, para as elites agrárias e industriais posteriormente, que dominavam o cenário político e econômico.

Conseqüentemente, o mandonismo, o clientelismo e o compadrio, persistiram na historicamente na política brasileira, infiltrando se e perpetuando-se através da estrutura do Estado com forte presença dos filhos, afilhados e parentes por fortalecendo a manutenção do poder de dominação da elite do atraso (SOUZA, 2019) no aparelho burocrático do Estado, e de vez ou outra, esses privilégios eram irradiados para a sociedade transformados em pequenos benefícios políticos e sociais de cunho assistencialista, com o claro objetivo de manter os setores populares sob dependência das elites, nessas circunstâncias que a educação brasileira foi moldada com o objetivo de manter e qualificar a mão de obra para o mercado cada vez mais exigente.

Durante as décadas que se seguiram, no período de consolidação da política republicana, a estrutura do Estado brasileiro foi sendo moldada pelas conveniências de uma sociedade cada vez mais excludente cujas estruturas sociais e culturais determinavam os rumos do Estado (RIBEIRO, 1995). E sob esses moldes, foram baseados e institucionalizados as políticas, que partir de princípios continuístas de medidas que privilegiavam uma elite dominante, que vem se perpetuando nas instâncias de poder e dominação por meios de decretos e leis, e que em seu esforço de construção de um Estado moldou inclusive a educação brasileira, para atender suas necessidades (STRELHOW, 2010).

Prado Jr. (2011), aponta que o Estado brasileiro se estruturou como República com uma educação gestada e desenvolvida pelas elites imperiais, e que tempos depois, deram lugar as elites oligárquicas para a manutenção e perpetuação desses privilégios, na concessão da educação até mesmo como ação filantrópica por parte dos cidadãos mais abastados, e pela igreja, embora em menor escala que do estado, ofertavam para a população mais pobre a educação formal.

A organização proveniente do sistema educacional passou então a se espelhar na divisão de classes (MARX, 2013) quanto ao sistema de produção capitalista e as cadeias de produtividade industrial, com foco no mercado dentro do processo de ensino e aprendizagem, condicionando quem estudaria o quê e para quê. No geral, a grande massa da população mais pobre lhe era destinada à educação do saber ler e escrever, e que segundo Strelhow (2010), a educação institucional era transformada em lugar de privilégios, destinados às elites oligárquicas e industriais para usufruto de ocupação nos lugares de poder.

Além disso, a visão filantrópica sobre a educação considerava como um favor eivado de bondade pelos grandes donos de terras para seus trabalhadores. Segundo Strelhow (2010), esse processo dentro da educação brasileira conduziu e sedimentou os mecanismos burocráticos da estrutura do Estado capitalista, modificando a divisão social do trabalho, ampliando e aprofundando os desníveis sociais, no favorecimento de acúmulos de riquezas, que condicionaram a construção de uma educação para a formação de mão de obra barata, fundamentando e relacionando o grau de instrução educacional ao mercado de trabalho e por fim, como uma política ideológica repressiva¹ de dominação e silenciamento das camadas mais pobres.(ibid).

O fato é que as elites que haviam aparelhado por gerações os governos e que ocupavam as instâncias de poder, eram as mesmas que impediam a formação de cidadãos consciente para com seu direitos, que na grande maioria faziam parte da parcela mais pobre brasileira, além disso, do ponto de vista da ocupação dos espaços no poder político, podemos observar a correlação desigual de força entre os representantes dos setores populares e das classes dominantes (latifundiários e industriais) (GRAMSCI, 2012), e que a partir dessa correlação de forças foram estabelecidas pelas políticas públicas foram fomentadas e utilizadas a favorecer sobremaneira os setores da burocracia se aliados às classes dominantes.

Neste diapasão, podemos observar, nos documentos disponibilizados pela Diretoria Geral de Estatística da Instrução², e pelo Primeiro Recenseamento em 1906, de que cada 1.000 habitantes, somente 254 sabiam ler e escrever, computando 74% da população, ou seja; um país de analfabetos, e a educação de jovens e adultos ainda sem grandes ações, gerando uma dívida social do país difícil de se pagar.

Diante desses dados podemos inferir que: ou as elites, não permitiam o acesso mais amplo a educação com a formação superior, ou só poderiam ter acesso a educação mais básica destinados aos população mais pobre, desde que esta atendessem às exigências do mercado na concepção de um novo mundo atrelado às dinâmicas das fábricas e formação de mão de obra barata, ou ainda assumiria a conta de uma sociedade inapta para a nova ordem ideológica desenvolvimentista das fábricas (ALMEIDA e CORSO, 2015).

A partir de 1930, as modificações sociais e urbano-industrial, de acordo com Almeida e Corso (2015), pensou-se em uma educação que contemplasse as exigências para a

¹A República dos coronéis, onde a educação era oferecida aos trabalhadores do campo como moeda de troca, personificada no voto do cabresto (N.A)

² BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Estatística da Instrução. Primeira parte: Estatística Escolar, v.1, 4 seção, 1916 (Introdução de Oziel Bordeaux Rego)

qualificação e diversificação da mão de obra, acima de tudo, para o desenvolvimento industrial brasileiro, diante disso, a educação de jovens e adultos também preparava-se para as exigências do mercado, e conseqüentemente, por conta do grande número de analfabetos existentes deu-se prioridade a formação trabalhadores industriais cujo conhecimentos se restringiam aos serviços manuais de repetição ou de força braçal.(*ibid*).

Conseqüentemente as mesmas dificuldades que nasceram com a República se estenderam e se aprofundaram por décadas no sistema educacional, dos quais resultaram diversos outros problemas, como as disparidades regionais com relação ao avanço educacional, falta de investimentos no setor, ou a pulverização dos investimentos sendo direcionados pela política regional, bem como a proletarização do professor (BITTAR, 2010).

Podemos apontar sobre esse período de mudanças já na era varguista o quão importante foi as mudanças realizadas pelo governo, mesmo tendo em sua marca principal centralização das ações no governo e a pouca flexibilidade nos acessos às políticas, ainda assim o fortalecimento e o engajamento apontaram as novas discussões em que os intelectuais assumiram uma posição pública e política de destaque para a discussão dos novos rumos do país que refletiram diretamente no processo educacional brasileiro.

Com o Estado Novo (1937-1945), a educação industrial para o cidadão foi colocada como ferramenta para a inserção no mercado de trabalho, mesmo antes de se “soletrar” o próprio nome, jovens e adultos faziam filas na entrada das grandes fábricas vendendo sua força de trabalho. Os alunos trabalhadores industriais foram ocupando seus espaços nas fábricas de montagem, nas grandes construções. Dessa forma, para ampliar e facilitar o processo da educação industrial o governo transferiu de certa forma, a responsabilidade da educação de seus cidadãos para as indústrias. (*ibid*). Sendo assim, a educação passa a ser profissionalizante e desenvolvida principalmente pelo o Serviço Nacional de Aprendizado Industrial (SENAI), e o Serviço Nacional de Aprendizado Comercial (SENAC), entre outros gerando o Sistema S³ de educação profissionalizante que foram os principais mantenedores de tal processo educativo.

Junto com esse instrumento de formação de mão de obra através da educação, o governo lança em 1942, o Plano Nacional de Ensino Primário, mas somente em 1945, o ensino supletivo é inserido, com 25% de recursos do Estado destinados pela primeira vez a educação de jovens e adultos, porém, sem definições de fundo financeiro seguro para tal, muito menos

³ O Sistema S é o conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição brasileira. Entidades paraestatais, instituídas por lei, mas de direito privado, mantidas com doações orçamentárias e parafiscais que prestam serviço, os filantrópicos de ensino profissionalizante entre outros aspectos que se assemelham a administração pública (N.A).

de fácil fiscalização, transformando a EJA, em um evento sazonal, e em muitos locais, transformado em ações beneficentes de grandes oligarquias políticas locais (HADDAD e DI PIERRO, 2000).

Embora esse novo modelo de educação, para o desenvolvimentismo latente do estado brasileiro, tivessem objetivos específicos para o mundo do trabalho industrial, neste período, segundo Ventura (2001), a alfabetização e qualificação da mão de obra de jovens e adultos, para a indústria e pela indústria, contribuiu de uma forma somente complementar, no que diz respeito a educação como desenvolvimento humano do cidadão ligado a sua sobrevivência. Em contrapartida, lhe foi delegada a responsabilidade de desenvolver seu país em troca de seu suor. Ou seja, o trabalhador tinha em vista um país melhor, mas alienado tanto quanto ao real ganho quanto ao produto final de seu trabalho.

Em alguns aspectos essa educação para a indústria permanece até os dias atuais atrelada em definitivo à educação, e à formação de mão de obra imediata para os propósitos do acúmulo de capital, essa concepção de um mundo acumulador de capital e consumista iria predominar na construção das políticas públicas posteriormente.

Outro fator preponderante que dificultava os resultados positivos para o combate ao analfabetismo brasileiro são as diferenças regionais. Segundo o índice de GINI que aponta que de 1900 a 1950 desníveis profundos educacionais no país; indicava que 50% das crianças em idade escolar estavam fora das escolas, mesmo falando em processos de educação para alfabetização de fato. O descaso e a falta de investimentos por parte do Estado era latente. Algumas ações do Estado na área da educação foram sendo gradativamente consolidadas e a partir de 1947 foi lançada a Primeira Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA).

O intuito dessa campanha era de se combater o analfabetismo em todo território nacional, porém, a necessidade e a pressa de se gerar números que justificasse o desenvolvimento nacional, bem como os investimentos nas áreas da educação no tempo proposto pelo projeto governamental foi curto ou insuficiente, gerando outros problemas na educação brasileira, como por exemplo: qualquer pessoa poderia desempenhar a função de professor sem qualificação ou didática para tal (VENTURA, 2001) criando diferenciações curriculares para cada local.

Mesmo com todos os esforços, essas ações do Estado, em torno da educação, se mostravam ineficazes no combate ao analfabetismo e conseqüentemente, conforme consta nos

resultados, em 1950, 55% da população brasileira, acima de 18 anos, era analfabeta⁴. Diante disso, outros programas foram criados, com o intuito de atender as regiões periféricas do Brasil, consideradas em atraso como Norte e Nordeste, de onde a grande parte da mão de obra era oriunda. (ibid), que posteriormente migraram para os grandes centros urbanos, ou para os grandes projetos de urbanização nacional como por exemplo a construção de Brasília (1957 a 1960).

Embora as ações do Estado, durante e após os governos Vargas e de JK, tivessem um apelo popular e político desenvolvimentista, a educação de jovens e adultos conseguiu algumas vitórias por meio do Decreto/Lei 4244/1942 no período JK, ⁵ de ações como: a destinação de recursos e projetos específicos para a área da eja mas sempre mirando na necessidade do mercado de trabalho. (HADDAD e DI PIERRO, 2000)

Outro aspecto das ações políticas no setor da educação, diz respeito a consolidação da legislação do período supracitado, ainda que as leis educacionais para eja fossem pontuais em alguns aspectos, ainda assim, foi visto como importante os avanços alcançados. Até porque poucos conseguiram terminar os estudos, devido às questões sociais, como a extrema pobreza para ingressar nos cursos superiores, considerando as características das quais a formações de base foi organizada no período e divididos em: ginásial e colegial com os cursos: ensino secundário, ensino industrial, ensino comercial ensino normal, e ensino rural. Logo, o processo educacional estava nitidamente marcado em seus percursos sobre quem poderia chegar ou não ao curso superior delimitando o mundo do trabalho.(ibid).

Entre 1952 a 1963, após o primeiro congresso de educação de jovens e adultos, com a criação da primeira Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), realizada na cidade do Rio de Janeiro no dia 2 de maio de 1952, cujo objetivo inicial era a erradicação do analfabetismo na zona rural, voltada principalmente para região nordeste do país, teve pouca visibilidade de resultados, sendo extinta gradualmente junto com outros projetos do MEC , demonstrando a desarticulação entre governo e instituições de ensino no que se refere a coleta de dados e visibilidade tanto de resultados como no acompanhamento do investimentos na área (NOGUEIRA, 2018).

Essas ações embora desarticuladas na suas bases, representava uma ação do Estado positiva de mediação entre camponeses, e os latifundiários que centravam poder político; embora não seja o escopo deste trabalho, vale ressaltar que o governo se utilizou da

⁴ Dados do índice GINI de 1950.

⁵ Lei que possibilita o acesso direto de jovens à educação superior, após o ensino secundarista, hoje ensino médio.

educação e da estrutura governamental para mediar alguns dos conflitos por terra através da educação para tornar os camponeses mais civilizados mediante o avanço da organização do campesinato que ameaçava a hegemonia latifundiária e sua ampliação de poder.(*ibid*).

É interessante fazer um adendo nesse ponto em que o Estado tenta por meio da educação ‘educar’ o homem do campo para a aceitação pacífica e ‘ordeira’ do domínio e expansão do latifúndio, mesmo período em que Paulo Freire colocava em prática o novo método de alfabetização de jovens e adultos, onde em rodas de conversa se falava das experiências e vivências com palavras simples codificadas para a aquisição da leitura e da escrita na compreensão de mundo em Angicos no Rio Grande do Norte.

A educação popular marcou e ocupou espaços dentro das falhas deixadas pelo Estado, muito por conta das necessidades sociais, e do desejo de superação das desigualdades sociais. Vista como educação suplementar por alguns, acontecia fora das salas de aulas das instituições, sua ação educacional não se centrava somente no letramento, mas na capacidade de ler o mundo. (FREIRE, 1981). Mediante a necessidade social gerada pelo processo de industrialização e urbanização, o modelo liberal capitalista empurrava para a marginalidade a população mais pobre e aprofundava as desigualdades, Freire traria uma proposta mais reflexiva sobre o indivíduo e a sociedade através da educação popular, e em tempos de política conturbada, isso traria problemas aos seus participantes.(*ibid*).

Diante desse fato:

“Nesse período havia uma relação muito estreita entre educação e transformação da sociedade. Portanto havia um tipo de educação não apenas para transformar a sociedade[...] mas haveria uma educação que refletisse com as pessoas a transformação do país inteiro. Havia naquele contexto o conceito de educação bancária.(COLESEL E LIMA *apud* FREIRE E NOGUEIRA,2001,p 17).

É perceptível que a relação entre o surgimento e implementação das políticas educacionais como ações dos governos estão intrínsecas as desigualdades sociais, bem como sua relação com o mercado de trabalho e o domínio do capital, levando em consideração determinados aspectos que estruturam nossa sociedade, e de que forma essas estruturas sociais interagem e interferem diretamente na formulação das políticas públicas, estas atuam como forças antagônicas entre governo e sociedade. Esse aspectos dizem respeito às estruturas elementares⁶ que compõem Estado e políticas públicas (GIOVANI, 2009).

⁶ As estruturas elementares entre Estado e políticas públicas são compostas ou observadas pelos graus de : organicidade, coerência, e consistência estabelecidas entre eles, em seus aspectos formais, materiais, substanciais ou simbólicos.(N.A)

Podemos reiterar os aspectos que cercam a formação das políticas públicas e a consolidação dos Estados democráticos levantados nessa seção com a Declaração dos Direitos Humanos como sendo imperativos à necessidade de uma compreensão maior sobre as políticas e as ações do Estado:

Art. 26, Inciso 2: A educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A educação promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.(Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1789)

Desse modo, a educação de jovens e adultos como política pública, vem cumprir um papel fundamental na formação de seus indivíduos em todos os seus aspectos que contribuam para a dignidade humana. Outra situação relacionada ao EJA é referente a sua complexidade de objetivos, seja por seu caráter funcional, seja por sua forma limitadora, ou no que diz respeito a sua formação ser destinada a produzir mão de obra rápida e barata, qualificada para permanecer estática em suas funções pedagógicas (GIOVANI, 2009). Ou seja, um jovem formado para ser torneiro mecânico fatalmente se aposentaria como tal, sem vislumbre de subir de função.

Em seguida, o impacto advindo com os governos militares trouxe diversas consequências aos processos educacionais que vinha sendo desenvolvido no Brasil, pois, tornar os alunos indivíduos conscientes da realidade (FREIRE, 1996), seja por conta das desigualdades sociais ou regionais, seja com a utilização do aparelho do Estado atuando como ferramenta de dominação e opressão, algumas ações educativas, alunos e educadores eram marginalizados ao adotarem uma educação crítica e reflexiva para melhor compreensão de mundo, porém para que esse aluno pudesse entender e desempenhar seu papel nessa sociedade de forma autônoma teria que romper com algumas narrativas de predestinação do sujeito a pobreza e a submissão e limitar-se a uma visão única de vida.

Essa visão educativa que rompia com as narrativas de dominação política e oligárquicas nesse período fazia parte da educação reflexiva e crítica que começou a ser desenvolvida por alguns educadores, porém combatida de forma contundente e violenta pelos governos militares.

A ideia de um cidadão que não somente aprendesse a ler e escrever, mas que compreendesse e questionasse a realidade em que vivia, incomodou as elites dominantes que possuíam posições privilegiadas na sociedade e na estrutura de Estado. Um dos primeiros grupos a serem perseguidos foram os movimentos populares, como por exemplo, o Movimento

de Cultura Popular (MCP) em Recife, que foi o primeiro movimento da cultura popular, servindo de modelo e exemplo aos demais movimentos de cultura e educação popular que viriam após eles, no início dos anos de 1960, e um de seus principais, além de combater o analfabetismo era de elevar o nível cultural de consciência dos indivíduos por seus direitos como trabalhador.

As lutas a partir de 1960, pela educação de jovens e adultos, adquiriram uma nova perspectiva dialética de caráter politizador, vista como perigosa diante da política ideológica liberal⁷ e conservadora⁸ que viria com os governos militares, deixaria de ver a educação como direito do cidadão, mas trataria o processo educacional como agente capacitador de mão de obra, ou seja, ‘uma educação que nos convém’ dito pelo então ministro de desenvolvimento Roberto Campos (1964-1967), cujo objetivo principal era formar a população mais pobre, até o ensino médio técnico, na formação de mão de obra para cargos de subalternidade.

Mais uma vez, as elites dominantes impondo através do aparelho burocrático do Estado, a dominação e a coerção através das leis e agora utilizando-se do braço armado do estado para a legitimação e consolidação de suas ações.

Por conseguinte, houve a extinção do Programa Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos planejado e organizado por Paulo Freire, foi a ação inicial do governo militar para a implementação das ideias conservadoras, sendo substituído pelo Movimento Brasileiro de Educação (MOBRAL)⁹, mudando seu caráter conscientizador e emancipacionista que deveria vir por meio da educação, para o ato mecânico de assinar o próprio nome, dessa forma os governos militares transformaram a educação crítica e reflexiva uma perigosa e ameaçadora aos seus projetos de controle da sociedade bem como as elites dominantes.

Diante desses fatos, o governo militar foi incisivo em caçar e perseguir seus componentes. Importante ressaltar, que a conjuntura de cortes na política de investimentos na educação fazia parte de um plano maior de desmonte do bem-estar social, que se prolongou por décadas, onde o Estado assume a face monopolista capitalista sobre a educação brasileira, ou

⁷ O Liberalismo com filosofia econômica, doutrina baseada na defesa da liberdade individual, nos campos econômico, político, religioso e intelectual, contra as ingerências e atitudes coercitivas do poder estatal. Fonte web.

⁸ O conservadorismo no Brasil designa o movimento originado a partir de determinadas tradições culturais do Brasil, assim como a relação com raízes culturais luso-ibéricas e influências diversas. O mesmo recebeu influências da herança romana e parte da filosofia grega em sua fundação no cristianismo. Fonte web.

⁹ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um órgão do governo brasileiro, instituído pelo decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, conforme autorizado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 durante o governo de Emílio Garrastazu Médici na Ditadura Militar

seja, a educação de jovens e adultos torna-se funcional para contemplar a face do acúmulo de capital (MARX, 2013).

Com isso, toda e qualquer manifestação em prol de uma cidadania ampla em busca de seus direitos seguiu proibida e combatida de forma violenta pelo estado de exceção, com políticas educacionais centralizadoras que não deixava margens para questionamentos humanísticos. Outro fato foi os acordos e o plano educacional via MEC-USAID¹⁰, como a cruzada ABC pensada para ser o instrumento para desenvolver o trabalhador de perfil subalterno desde sua formação básica.

A atuação da “cruzada” foi focada na política assistencialista com distribuição de alimentos, que serviam somente para manter a assiduidade dos alunos e o acompanhamento dos professores voluntários. Servindo também, como apoio ideológico ao movimento golpista, em substituição aos projetos anteriores, principalmente no combate ao método Paulo Freire, vindo a ser substituído posteriormente pelo MOBRAL¹¹.

Desse modo, considerando os atritos e desencontros entre os movimentos sociais e o aparelho burocrático brasileiro, bem como os ciclos de crises do capital¹², golpes de Estado e ditaduras militares, que interromperam e retrocederam os processo de implementação de políticas educacionais, somado às rupturas democráticas e posteriormente o longo processo de redemocratização, retardaram o desenvolvimento da educação no Brasil, aumentando as desigualdades regionais em relação à educação.

Desse modo, Estado e educação desafiam entre si seus limites (OLIVEIRA, 2017 *apud* NANNI, 1987), cuja estrutura organizacional com seu poder de mando, oscilava entre as lideranças oligárquicas e as elites industriais com representatividade nas esferas de poder, dando forma a educação brasileira, nessas condições que o aluno trabalhador da EJA, era

¹⁰ Acordos entre Brasil e Estados Unidos para profundas reformas na educação, cuja reforma principalmente a nível superior que formaria o capital humano cujo papel estratégico era formar um contingente de indivíduos com a política norte-americana. Essas mudanças iam desde o ensino infantil ao superior, com tendências privatistas da educação, ainda compararam os anos e os níveis da educação em 3 níveis, 1º, 2º e 3º grau, havendo uma perda de 1 ano de estudo, no mesmo período países da europa somavam 12 níveis de educação, como o Canadá. Outro fator foi a exigência do assessoramento norte americano para mediar as reformas. Fonte: <https://ditaduranuncamais.cnte.org.br/o-retrocesso-na-educacao>

¹¹ O Movimento Brasileiro de Alfabetização foi um órgão do governo brasileiro, instituído pelo decreto nº 62.455, de 22 de Março de 1968, conforme autorizado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 durante o governo de Artur da Costa e Silva na Ditadura Militar.

¹² A Crise de 1929, ou Grande Depressão, foi o colapso do capitalismo e também do liberalismo econômico. Ficou conhecida como uma crise de superprodução. A Crise de 1929, também conhecida como Grande Depressão foi uma forte recessão econômica que atingiu o capitalismo internacional no final da década de 1920/ Na economia marxiana, a crise do capitalismo se refere ao que é a designação dada, por alguns setores político-econômicos, para as oscilações em torno de uma média nos níveis de negócios da economia em nações democráticas com sistema econômico liberal.

conduzido pelo estado vendo seu currículo educacional, mudar a cada reforma educacional de cada governo, com a única certeza que cumpririam a meta do modo de produção capitalista (MAX, 2013).

1.1 A redemocratização e a retomada da educação cidadã.

Inegavelmente, de 1964 a 1985, houve um intenso descaso com a educação brasileira, o que aprofundou ainda mais as desigualdades sociais em todos os níveis. Com tudo, com a reabertura democrática, outros atores sociais puderam retomar os projetos na área da educação e com a promulgação da Constituição de 1988 é aberto um capítulo importante na história brasileira, privilegiando a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família.

As garantias citadas no Art. 6º da Constituição Federal¹³, pelo menos onze desses direitos, são garantidos pelo Estado por meio das políticas públicas na perspectiva de oferecer e garantir o Estado de bem-estar social, uma educação digna e de qualidade com a divisão de responsabilidades entre as esferas de governos, federal, estadual e municipal visando o pleno desenvolvimento humano, além de combater às altas taxas de analfabetismo que persistem no Brasil, fruto de rompimentos e retrocessos democráticos e no no setor da educação por conta dos governos militares os prejuízos foram imensos.

A redemocratização garantiu que fossem assegurados ao aluno e educadores a reflexão crítica e o pensamento livre como prática da liberdade recém conquistada, esse processo traria garantias novamente para os indivíduos que deixaram de completar seus estudos no tempo certo e a educação de jovens e adultos passariam por transformações estruturantes a partir da Constituição de 1988, importantes para o avanço na modalidade.

No Brasil, com a redemocratização, formaram-se pontos fundamentais para a retomada dos projetos educacionais interrompidos com a ditadura. Os quais foram extremamente importantes no processo de ruptura histórica das pedagogias tradicionais idealizadas e implementadas pelo governo militar de 1964 a 1985 (VENTURA 2001) o legado desse período foi extremamente danoso para a educação, que refletiu como por exemplo, expandir sem qualificar ou sem investir diretamente na escola e nos profissionais da educação.

¹³ Artigo 6º afirma que: É direito social a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (C.F, 1988).

A Constituição brasileira e a Declaração Universal dos Direitos Humanos são marcos importantes para o desenvolvimento tanto das políticas públicas quanto das políticas sociais. Nestas se dá a devida importância a educação como instrumento pleno para o desenvolvimento do indivíduo, criando as devidas condições necessárias e passando a gerar igualdade de oportunidades na sociedade, e que a partir desses marcos, não se deveria discutir mais, segundo Gadotti (2013), se a discussão é ou não necessária, mas torna-se como um direito a educação é permanente ao cidadão.

Conforme a Constituição de 1988, foi estabelecido o direito à educação como obrigatória e gratuita, e em 1990, a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) 9394/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF)¹⁴, através do Decreto: 2208/97 redefiniram as políticas públicas educacionais no Brasil, colocando como modalidade a Educação de Jovens e Adultos (EJA), mantendo seu caráter de formação de força de trabalho, aponta Haddad (1998).

Consequentemente, várias estratégias foram adotadas para a redemocratização na educação básica, como as adequações curriculares do ensino escolar, e a valorização dos profissionais da educação, tendo a escola como espaços de discussão democráticas, destinando investimentos mais significativos. Em 2007 o MEC criou o Programa Mais Educação com a escolas em tempo integral, outro avanço foi a Emenda Constitucional nº 59/2009 que determinou a ampliação da faixa etária de 4 a 17 anos.

Analogamente, as limitações inerentes ao processo de redemocratização na educação de jovens adultos e como esses processos educacionais ainda se mantinham lentos quanto ao financiamento destinado à EJA¹⁵, a implementação nas instituições de ensino fora muito gradual, apenas muito posteriormente é que receberam incentivos com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)¹⁶, visto que, como resultado positivo em sua inclusão no novo fundo dando maior fôlego ao projeto de alfabetização como um todo, algo que não ocorria antes, pois as perdas durante os governos militares segundo o IBGE, foi uma redução de 7,6% para 4,3% em 1975 nos investimentos do setor.

Com o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que funcionou de 1998 a 2006, esses avanços foram significativos na

¹⁴ Lei Nº 9.424, de 24 de Dezembro de 1996.

¹⁵O financiamento da EJA é via secretarias de educação dos estados, do Distrito Federal e municípios a partir dos recursos públicos aplicados na Educação Básica, quais sejam: a soma dos impostos vinculados, que são responsáveis pelas despesas de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE).

¹⁶ Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

inclusão da educação de jovens e adultos nos planos educacionais para superação das injustiças sociais, essa dívida social começaria a ser quitada, mas seu projeto ainda manteve seu caráter qualificador para o mercado de trabalho e suas novas tecnologias, conservando o atrelamento entre educação e mercado de trabalho (HADDAD e DI PIERRO, 2000), ou seja, conhecer para fornecer mão de obra barata e subalterna.

Contudo isso, o processo de redemocratização, na educação brasileira, foi de extrema importância dentro e fora das instituições, no que tange os processos de ensino e aprendizagem, na autonomia das instituições, na liberdade de ensino, nas aplicabilidades das leis, na flexibilização de diretrizes curriculares e conseqüentemente na democracia da comunidade escolar, contudo foi mantido na sua essência o caráter de ensino para a capacitação para o mundo do trabalho. (ibid).

1.2 Políticas Educacionais pertinentes

As políticas educacionais podem ainda ser divididas em outros segmentos que foram de extrema importância para o cenário educacional brasileiro, pois contempla da forma mais ampla possível os espaços na educação para jovens e adultos no país, dando condições para a elaboração de estratégias e criando condições para auto-mudanças do indivíduo, (GADOTTI, 2013 *apud* MÉSZÁROS, 2005). e das questões que envolve sociedade.

Para isso o programas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), foram segmentados de forma que atendessem às diversas realidades, dividindo-as em : O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAE)¹⁷, essa política pública visa atender os alunos da educação básica, auxiliando o desenvolvimento biopsicossocial, e aprendizagem, contribuindo para criação de uma cultura alimentar saudável, que refletiria diretamente no rendimento escolar, já que grande parte dos alunos vivem na linha de pobreza, e a escola acaba por tornar-se um espaço de referência alimentar.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNAT)¹⁸, que destinava recursos para auxiliar no transporte escolar sua manutenção ou terceirização de serviços e o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA)¹⁹ que auxilia na aquisição de livros para a modalidade da educação jovens e adultos que atendem ao

¹⁷Programa Nacional de Alimentação na escola,(PNAE) foi instituído por decreto nº 37.106/55, inicialmente como campanha da merenda escolar subordinada ao Ministério da Educação.

¹⁸ Lei de caráter suplementar nº 10.880/2004

¹⁹ Resolução CD/FNDE Nº 51/2009.

Programa Brasil Alfabetizado(PBA) tendo em vista a guarda definitiva sem a necessidade de devolução.

Outros programas foram adicionados às políticas educacionais como: o PROJOVEM Urbano²⁰, que possibilitaria incentivos a jovens da cidade entre 18 e 29, que saibam ler e escrever e que não concluíram o ensino fundamental, de terminarem seus estudos e formação integrada à qualificação profissional, oportunizando também a inclusão social. e PROJOVEM do Campo- Saberes da Terra²¹, que promove incentivos para a qualificação profissional e escolarização de filhos de agricultores entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, valorizando saberes e experiências das famílias de agricultores, outro programa é a EJA em prisões²², embora muito criticado, esse programa contribui para que jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais tenham acesso à educação, possibilitando a reinserção e a ressocialização na sociedade.

E como Programa educacional suplementar existe ainda o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para atendimento à educação de jovens e adultos (PEJA)²³, retomado em 2012 com o objetivo de ampliar o número de matrículas na modalidade presencial para alunos do ensino fundamental e médio acima de 15 anos que não concluíram seus estudos e o Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)²⁴, referente às instituições tecnológicas federais, que integra o aprendizado à formação técnica para jovens e adultos que não terminaram o ensino médio na idade certa e que procuram ocupações específicas no mercado de trabalho.

Mediante a complexidade das políticas educacionais desenvolvidas pelo Estado, podemos apontar o conceito de Edgar Morin (2019), que considera a educação brasileira convergentes ao processo das novas demandas tecnológicas do mundo do trabalho na adequação da educação para atender as necessidades do mercado, mesmo que a educação no final seja contraditória em seus objetivos finais, pois se instrui para a obtenção das liberdades e autonomia do indivíduo, mas o Estado capitalista, de forma coerciva, conduz para a limitação e seleção do modo de produção capitalista (AMORIM, *et al*, 2019).

²⁰ Resolução CD/FNDE nº 60 de 09 de novembro de 2011.

²¹ Resolução/CD/FNDE nº 45 de 14 de agosto de 2009.

²² Decreto nº 7.626 de 24 de novembro de 2011./ Resolução CNE/CEB nº 02/2010

Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.

²³ Resolução/CD/FNDE nº 48, de 2 de outubro de 2012.

²⁴ Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005

Logo, a educação de jovens e adultos desenvolve não somente seu caráter de direito ao cidadão, mas se molda como política de inclusão e responsabilidade social mediante aos governos democráticos, mesmo com neoliberalismo aplicado nos governos de Collor de Mello (1990-1992) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) tenham deixados consequências para o desenvolvimento do Estado brasileiro e das políticas educacionais, estaria longe de ser mais danoso do que o neoconservadorismo que tem permeado a educação no atual governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), que utiliza-se de ações das políticas de corte e contenção de despesas na educação, para eliminar o estado de direito democrático dando lugar uma política de exclusão de direitos. Contudo, as políticas públicas têm se movido por conta das lutas sociais e de seus representantes de ambos os lados.

Dito isso, podemos analisar os avanços educacionais conforme a tabela abaixo, podemos verificar a oferta de Educação de Jovens e Adultos nas redes estaduais e municipais no Brasil, retirada da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, entre os anos de 2004 a 2008.

Tabela 1. Crescimento do número de matrículas no Brasil.

ANO	EJA/FUND. ANOS INICIAIS	EJA/FUND. ANOS FINAIS	EJA/MÉDIO
2004	1.530.275	1.812.637	988.746
2005	1.466.329	1.861.424	1.073.694
2006	1.472.1881	1.989.948	1.219.438
2007	1.131.1461	1.915.331	1.198.419
2008	1.098.4691	1.864.817	1.188.245

Fonte: Dados da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos 2004-2008

Podemos observar uma crescente procura pela modalidade, que as políticas educacionais implementadas no período, seguem demonstrando que o projeto possui possibilidades de expansão e crescimento em contínuo período que justificaria o contínuo investimento no setor. Essa leitura de dados, demonstrarem que, entre os anos de 2004 a 2008, houve uma procura crescente pela modalidade em todas as esferas (IBGE, 2017) a mesma pesquisa aponta em crescimento no número de jovens que não estudam e nem trabalham, a saber, 5,9% ao ano, que registra um baixo índice de matrículas na modalidade.

As mudanças que se seguiram na política educacional se mostraram positivas mesmo com uma nova nomenclatura que foi de Ensino Supletivo para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), positiva no que tange sua importância para educação com um todo, fomentando a formação para a cidadania e o mundo do trabalho. Ainda assim, no Art. 38, (LDB), ainda que mantivesse seu caráter compensatório, por conta da dívida social de décadas de descaso, continuou fazendo adequações importantes para facilitar o acesso como a redução da idade dos alunos de 18 para 15 anos para o ensino fundamental, e 21 para 18 para o ensino médio; essa ação foi crucial para a manutenção e ampliação do fluxo de alunos matriculados como um gerador de pontos positivos na política educacional.

De certo, as políticas educacionais implementadas através do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), ofertados pelo governo Luiz Inácio da Silva a partir de 2003, cuja abrangência foi ampliada, foram de suma importância para a sociedade, cujos reflexos sociais podem ser analisados de forma positiva no desenvolvimento sócio e econômico de cada região. Isso pode sinalizar, entre outras coisas, para que o cidadão perceba que na retomada de seus estudos após anos de afastamento das salas de aula, foi-lhe concedida através das políticas educacionais uma alternativa de mudança e inclusão social respeitando as especificidades de cada indivíduo, a intenção não é para que ele recupere os anos perdidos, por conta do abandono dos estudos para suprir suas necessidades básicas de subsistência, mas como sinônimo de apropriação de conhecimento que garantam sua cidadania (NOGEIRA, 2015).

Em contrapartida, os benefícios advindos de políticas e programas educacionais formaram, capacitaram e contribuíram para o desenvolvimento social e econômico, confirmando que para que um Estado se desenvolva é necessário investimentos maciços na educação. Outros mecanismos de aceleração de ensino foram implementados para pessoas que possuíam idade acima de 18 anos, como o programa do Centro Estadual de Jovens e Adultos (CEEJA), com o objetivo de flexibilizar o acesso e a conclusão dos estudos, visando a obtenção dos certificados, para dar suporte à conclusão do ensino fundamental e médio.

A flexibilização permite que jovens e adultos pudessem assistir às aulas pela internet e, na data escolhida pelo aluno, realizar as provas na escola selecionada por ele. O tempo de conclusão é de no máximo 1 ano e meio, podendo ser ainda mais flexível, a fim de o aluno escolher somente o último ano para fazer a prova, o que acelera ainda mais o processo de obtenção desse certificado em apenas 6 meses. Sobre isso, Fernando Haddad (2000) aponta que o mercado de trabalho impõe esse ritmo ao processo educacional e na modalidade de educação de jovens e adultos, para que o aluno busque de forma rápida a obtenção somente da certificação sem quase nenhum acúmulo de saberes necessários para a compreensão de mundo.

Outro facilitador/acelerador de resultados na área educacional é o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), criado em 2002, para certificar competências e conhecimentos de pessoas jovens e adultos, que para os alunos que não concluíram o ensino fundamental, ou o ensino médio na idade adequada para esta condição o aluno fará uma prova única de conhecimentos e habilidades para a obtenção de certificação posterior.

Podemos analisar a tabela abaixo, sobre a oferta de Educação de Jovens e Adultos, das redes estaduais e municipais no Brasil, retirada da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, entre os anos de 2003 a 2008, e o processo de crescimento do número de matriculados.

Tabela 2: Crescimento do número de matrículas na EJA Fundamental e Médio.

ANO	EJA/FUND. ANOS INICIAIS	EJA/FUND. ANOS FINAIS	EJA/MÉDIO
2004	1.530.275	1.812.637	988.746
2005	1.466.329	1.861.424	1.073.694
2006	1.472.1881	1.989.948	1.219.438
2007	1.131.1461	1.915.331	1.198.419
2008	1.098.4691	1.864.817	1.188.245

Fonte: Site Crianças Fora Da Escola, Perfil de crianças de 4 a 17 anos. Dados de 2010

Nota-se uma crescente procura pela modalidade EJA, mostrando que a política educacional contempla parte da demanda nacional pela procura de vagas também sinaliza ao governo com as possibilidades de expansão de financiamento mediante ao crescimento contínuo. O fato é que, pais analfabetos ou semi-analfabetos, fazem inúmeros esforços para se quebrar o círculo de repetições no âmbito familiar, das experiências relacionadas à formação escolar, isso pode-se ser observado a grosso modo, quanto ao número de pessoas pobres que não querem que seus filhos fiquem alheios a uma educação pública de qualidade, cobrando das autoridades imediatas vagas nas escolas, em contrapartida, o estado disponibiliza mecanismos através das políticas educacionais que possam contemplar esses anseios.

Em suma, o papel do Estado por meio das políticas educacionais, que garantam o atendimento da sociedade, busca na educação de jovens e adultos meios para driblar os desníveis socioeconômicos. Entende portanto que os representantes governamentais devem olhar a educação como direito social, garantidos pelas leis federais, estes lidam também, com

vários problemas para o acesso e disponibilidade de vagas em escolas próximas às suas residências, transporte público, segurança e saneamento, que implicaria em investimentos ainda maiores.

Outras questões sociais precisam ser observadas pelos governos que contribuem para que os alunos deixem de estudar, e a principal delas é a questão econômica, ou seja, deixam de concluir seus estudos para garantir o sustento da casa, já que o mercado de trabalho possui uma rotina de horários rígida e muitas vezes extensas.

Os indivíduos que retornam às escolas em busca inicialmente uma qualificação melhor, almejando melhores salários e qualidade de vida, para si e para os seus familiares, em um círculo vicioso alimentado pelas desigualdades sociais; enfrentam dificuldades de caráter social e cultural, que se alarga quando observamos gênero e idade desses alunos. Embora a destinação dos recursos pelo FUNDEB, sejam promissores, esses recursos se apequenam diante de tantos anos de descaso na educação como um todo, gerando uma pulverização de recursos e aplicabilidade segmentada das políticas educacional dada à extensão territorial do país, e as características regionais.(DOMBOSCO, 2012).

1.3 Políticas públicas, políticas sociais, diferenciações e contextos.

Segundo Giovanni (2009) é importante fazer algumas considerações acerca da diferenciação de Políticas públicas e políticas sociais, já que para a grande maioria dos indivíduos não consegue diferenciar políticas públicas, políticas sociais das políticas partidárias e ideológicas, vendo-as como sentido único e pejorativo de acordo com o autor, para isso, se faz necessárias o entendimento sobre a utilização das Estruturas Elementares que compõem o Estado e as relações de mutualidade.

É importante apontar neste estudo, a relação entre a formação dos Estados com o surgimento das políticas públicas bem como sua organização, para Giovanni (2009) além de ser um exercício de poder nas sociedades democráticas, como conceito evolutivo podem ser instrumentos de observação sobre o desempenho dessas Estruturas Elementares²⁵ que compõem a formação e consolidação dos governos democráticos.

Ou seja, mesmo, distintas em sua funcionalidade elas se relacionam com interferências mútuas, vejamos o quadro a seguir:

²⁵ As Estruturas Elementares que compõem os Estados e as sociedades democráticas contemporâneas são compostas por Estado e Políticas Públicas na observação dos graus de : organicidade, coerência, consistência estabelecidas entre eles, com seus aspectos formais, materiais, substanciais ou simbólicos. (N.A)

Quadro 1

<p style="text-align: center;">Estrutura formal</p> <p>Teoria prática e objetiva, constituído pelo técnico , político, cultural e ideológico de natureza prática e de resultados</p>	<p style="text-align: center;">Estrutura substancial</p> <p>Atores(dependências), interesses(racionalidades) e regras a se complementares e regras(micro adminstração)</p>
<p style="text-align: center;">Estrutura material</p> <p>Financiamento, suporte e custos, gastos da execução</p>	<p style="text-align: center;">Estrutura simbólica</p> <p>Valores, saberes linguagens: contextos de onde e quando as políticas serão aplicadas</p>

Fonte(GIOVANNI, 2009)

Diante desse quadro podemos analisar as diversas camadas que conduzem as políticas públicas e sociais, que conseqüentemente nos levará a ações afirmativas de inclusão dos indivíduos na sociedade. O autor aponta ordens de interesses e lógicas diferenciais que fomentam as práticas e estilos das políticas públicas que se seguem: a lógica da acumulação de capital, que seguem uma ordem econômica, seguida da ordem política de acumulação de poder, e\ou ordem de reprodução social mediante a acumulação do bem estar social. Existem outros fatores que contribuem para a formação do conceito de políticas públicas que segundo o autor se destacam por natureza macroeconômica, geopolítica, política, e cultural ideológica.(ibid).

Podemos ainda entender sobre as políticas sociais distintas conceituando-as:

São um conjunto de políticas, programas e ações do Estado com o objetivo de efetuar a proteção social em respostas dos direitos sociais e a outras situações não incluídas nos direitos referente às contingências, necessidades e riscos que afetam vários componentes das condições de vida da população. Tais programas e ações concretizam-se na garantia de oferta de bens e serviços, transferência de renda e regulação do Estado (CASTRO, 2012).

Historicamente, conforme o autor acima aponta, as políticas públicas e sociais com menor ou maior participação social na formação dos Estados, contribuem muito para a consolidação de suas democracias, ou seja, quanto mais frágil for a democracia de um país, menos políticas públicas e sociais serão efetivadas, isso porque a participação social na suas formulações cumprem um papel significativo. a Constituição de 1988, foi um exemplo de participação dando acesso e causando efeitos em várias áreas como na educação do qual falamos atuando como auxiliadora nas configurações de projetos de leis iniciais.

O avanço das democracias podem ser observados pela implementação das políticas públicas e sociais mediante aos governos que administram o Estado, podendo ser positivas ou negativas. Podemos ainda observar que a partir de 2003, poderíamos apontar algumas características das ações do Estado mediante a formulação de novas políticas públicas e sociais que promovessem a inclusão de pessoa a margem da sociedade, dentre elas: a articulação de temáticas intersetoriais, a construção de modelos de gestão política com a coordenação entre seus entes federativos e a sociedade civil organizada, a contextualização para a implementação das políticas locais levando em consideração suas realidades sociais.

Ainda assim, as estruturas sociais historicamente consolidadas pela cultura colonialista escravocrata impõe limites para o combate das desigualdades sociais quando a política pública interfere nas camadas das elites que dominam o cenário político capitalista.

Pires(2017) conclui que embora o foco das iniciativas das políticas sociais seja a diminuição dos agravos das desigualdades sociais causadora da exclusão do indivíduo da sociedade tendo como fator preponderante a exclusão socioeconômica que despi o indivíduo socialmente, poderão ser insuficiente, dado que os governos que se seguem rompem com o ciclo de progressão dessas políticas, com o subfinanciamento ou a desarticulação de seus resultados e feitos, como os programas de proteção social e distribuição de renda como o bolsa família, tais ações afetam diretamente os resultados das políticas sociais ocasionando na reprodução das desigualdades existentes com risco de desativação de tais avanços nas políticas públicas, como estamos vendo na atual gestão do Estado brasileiro.

Esse aparente paradoxo das políticas públicas apontado pelo autor, relativo a abrangência e financiamento das políticas públicas e sociais tendem a se tornar um ciclo vicioso nos governos contemporâneos, cabe aqui a reflexão acerca das estruturas que conformam o Estado: a questão social é compatível com a ideia de lucro? Embora saibamos que as políticas públicas e sociais envolve vários setores e níveis de decisão que se concretizam mediante as esferas de governo, não se limitar somente a boa vontade política de ações formais e informais no que tange seu grau de importância para o bem estar social com suas leis e regras, de longo

ou médio prazo. “[...] a política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também na implantação, execução, e avaliação” (SOUZA, 2006).

No entanto, para que as políticas sociais cheguem até o cidadão, precisamos vislumbrar também a concepção de justiça social e do Estado democrático e de direitos, tomando como marco inicial 2000, com as discussões de políticas públicas focalizadas com bolsa família e cotas, por exemplo. Decorrente de uma visão prévia de justiça social para tomada de decisões das quais essas decisões deveriam emergir de uma série de análises de contextos sociais cuja visões de cunho liberal ou progressistas delimitaram sua ação como ‘direito’ ou ‘necessidade’.

Segundo Kerstenetzky (2006) a aplicabilidade das políticas sociais deveriam ser caracterizada como política focalizada para solucionar problemas de uma população específica, embasadas em uma relação de gastos e benefícios para o Estado seguida da eficiência, tudo isso, levando em consideração os grupos sociais específicos, isso também tem haver com a consideração das questões históricas, chegando ao fim por exemplo do sistemas de cotas, ou o EJA\PRISÕES, muito refutado atualmente pelos grupos de pensamento neoliberais e ultra liberais. Sabemos também que as políticas sociais focalizadas complementam as políticas universais.

No que tange a complexidade de sua implementação das políticas sociais, Para Castro (2012), a política social afeta diretamente o indivíduo e seus grupos no que tange melhorias de vida da população alternando a economia local do micro ao macro, componentes de um sistema complexo de distribuição de renda, de provisão de bens e de serviços com a utilização de uma parcela do PIB²⁶.

Considerando os ciclos de funcionamento, que conformam as Estruturas Elementares da formulação tanto das políticas públicas como das políticas sociais passamos a compreender as forças convergentes e divergentes dadas em ênfases nas concepções normativas das políticas sociais focalizadas como rede de proteção mínima, podemos fazer uma diferenciação básica. política pública Intervenções do Estado\governo que tem o objetivo de atender as demandas prioritárias da sociedade, e a política social fazem parte das políticas públicas, porém nem toda política pública é social, no artigo 6º da Constituição federal de 1988, garantem pelos menos 11 deles na perspectiva de favorecer o estado de bem estar social, levando em consideração a economia, a gestão e a infra estrutura estatal.

²⁶ Produto Interno Bruto.

Alguns medidores como o Índice de Desenvolvimento Humanos (IDH), indicam que as políticas públicas e sociais implementadas a partir de 2000, apontam crescimento exponencial em todos os níveis da sociedade, ou seja, as políticas sociais implementadas contribuíram para a diminuição das desigualdades sociais, e redução da exclusão social causada pela extrema pobreza causadas pelas privações que delas decorrem, logo, as políticas sociais como ferramentas de inclusão social tendem a ser objetiva, gradual e permanente.

Outra questão acerca das políticas sociais é que a visão do viés assistencialista está sendo gradativamente excluído das ações do estado, porque exige de quem dela recorre uma contrapartida, ou seja exige condições dos que participam como beneficiários de resultados que podem se manter após o fim dos benefícios. “ O crescimento de um país, não depende só do crescimento econômico inclui as políticas sociais e humanitárias” (CASTRO, 2012)

2 Breve histórico da educação de jovens e adultos no Pará: desafios e perspectivas.

A Educação de Jovens Adultos no Pará e no Brasil iniciou-se com o MOBREAL, a partir da década de 1970, existindo apenas registros anteriores a essa data na cidade de Bragança. Tais registros históricos sobre a educação no estado do Pará, são componentes do acervo da Rádio Educadora de Bragança, publicamente inaugurada em 1960, mas desde 1958 já iniciava a experiência da escola radiofônica, similar à que ocorreram em Natal (RN), onde essas ações faziam parte do Movimento de Educação de Base (MEB)²⁷, ligado a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) que desenvolveu projetos de alfabetização em várias regiões do país.

A partir de 1980 Universidade Federal do Estado do Pará começou o programa de interiorização, estendeu a universidade em várias regiões do Pará, para suprir a demanda da educação, e de formação superior dos alunos que concluíram a educação básica e tentavam ingressar nos cursos superiores. Só incluiu a partir de 2000, o campus de Bragança iniciado em 1999, neste momento foi criado o Grupo de Estudos Universitários de Ensino e Aprendizagem

²⁷ O MEB é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, constituído como sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Distrito Federal. Foi fundado em 21 de março de 1961. Há mais de 55 anos realiza ações diretas de educação popular em diversas regiões do Norte e Nordeste do país e atualmente está nos estados do Amazonas, Roraima, Ceará, Piauí, Maranhão e Distrito Federal, atuando também no Norte e Nordeste do estado de Minas Gerais, em regime de parceria com o governo estadual. A opção preferencial por essas regiões está definida em Estatuto, como áreas populacionais do País em que os indicadores socioeconômicos revelam situação de pobreza e, conseqüentemente, índices sociais e econômicos abaixo dos desejados. As ações de mobilização social, de alfabetização de jovens e adultos e de educação de base são responsabilidade de equipes regionais em cada uma das unidades da federação em que atuamos. A coordenação pedagógica, o planejamento, o controle administrativo e a avaliação de resultados das ações são monitorados a partir da Equipe Nacional, localizada em Brasília. Fonte: <http://www.meb.org.br/home/>

(GUAP), que envolveram os cursos de Pedagogia de Letras, abrindo as discussões sobre a educação de jovens e adultos no estado.

Podemos considerar que o desenvolvimento das discussões em torno da eja, foi fundamental para a ampliação do debate sobre o analfabetismo tanto na região bragantina quanto no resto do estado que possui características geográficas peculiares e grande extensão territorial. O aprofundamento e ampliação das discussões foi inicialmente retardada tanto pela política de expansão territorial, impulsionada pela lógica de dominação dos governos militares quanto pelos governos neoliberais que se seguiram (Sarney, 1985-1990, Collor, 1990 -1992, Itamar, 1992- 1995, F.H.C, 1995- 2003).

Um fato positivo e de bastante relevância foi a participação do GUAP no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)²⁸, que organizaria as políticas públicas educacionais no campo dando maior importância ao desenvolvimento do processo educacional de agricultores, trazendo uma grade curricular de alternância que respeitasse os períodos de colheita e plantio, dando oportunidade da escolarização.

Houve a mobilização de 9 municípios, dando oportunidades de bolsas de pesquisa para alunos para a Escolarização de Alfabetizadores de Assentamentos do Nordeste Paraenses, para atender as demandas específicas do campo. Isso possibilitou adequação às políticas nacionais de educação, sendo necessário a adaptação do nome do grupo, passando a ser denominado de Grupo Universitário de Educação de Jovens e Adultos (GUEAJA) ligado em definitivo à educação de jovens e adultos, tornando visível e urgente a necessidade de formação continuada para profissionais da educação atuarem na EJA.

Com efeito, nota-se a estreita identidade entre a EJA e a população historicamente oprimida da região do Nordeste paraense que não sabiam ler e escrever se evidenciou conflitos sociais acerca da educação de jovens e adultos e em seu entorno foram criados preconceitos relacionados a população pobre do campo tida como incapaz de obter conhecimento e gerou resistência por parte das elites latifundiárias que oprimia a décadas as populações analfabetas da região, e com a educação a narrativas opressoras forma sendo desmistificadas.

Mesmo com o processo educacional tenha avançado no estado do Pará, podemos analisar alguns dados do Censo do IBGE realizado em 2010, que contabilizou 13,9

²⁸ Portaria nº 10/98, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária / Decreto 7.352/2010 sinalizava a organização não apenas de políticas públicas federais para a educação no campo, mas organiza também o trabalho feito em estados e municípios, impactando de forma decisiva as políticas sociais.

milhões de jovens e adultos, no Brasil, com idade superior a 15 anos, se declararam não saber ler e escrever; e 54,4 milhões com 25 anos ou mais, tinham escolaridade inferior ao ensino fundamental e outras 16,2 milhões haviam concluído apenas o ensino fundamental.

A esse respeito, o Estado do Pará possuía no período uma defasagem em números de matrículas fosse por conta de sua extensão territorial, cujas diferenças geográficas típicas de determinadas regiões do estado dificultando o acesso à escola de moradores do campo ou ribeirinhos, ou por conta que demandava grandes investimentos da governo federal e uma contrapartida significativa do governo do estado. Com isso, podemos dizer que a Eja no Pará como política pública, também cumpriu sua função social, ao suprir necessidades do aluno trabalhador mesmo que para isso o governo fosse obrigado sob forma da lei, esses desníveis no processo de implementação da Eja que ao longo de várias décadas foi condicionado somente ao ato de assinar o próprio nome conveniente com desigualdades sociais que se aprofundaram no período da ditadura militar.

Vale ressaltar que os anos de governos militares foram realizadas profundas mudanças na educação, que favoreceram as distorções regionais, pouca formação dos docentes, com isso a desvalorização da profissão de professor, problemas que se refletem até os dias atuais, causados pela alteração dos dispositivos da lei de 1961, desobrigando a União e aos estados a investirem o mínimo possível na educação²⁹, esse fato gerou não somente estado do Pará a escassez de força de trabalho qualificada para a educação, e precariedade estrutural das escolas e a dualidade entre o ensino público e o privado, tornando assim a escola espaços limitados e escassos, onde processo de dominação do indivíduo ficou mais evidente nos processos educacionais implementados (FOUCAULT, 1997).

Ainda sobre a superação dos processos educacionais gestados pelos governos podemos tomar por análise sobre os reflexos das dificuldades na educação de jovens e adultos no estado do Pará, utilizando dados mais recentes de taxas de matrículas no período de 2010 a 2013, em percentuais podemos analisar a tabela abaixo :

Tabela 3: Taxas de Matrícula na Rede estadual pública EJA.

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO
2010	8,93%
2011	6,59%
2012	5,32%
2013	2,02%

Fonte INEP.Censo Escolar 2010

²⁹ Lei nº 4024/1961.

Com base nesta tabela, os reflexos de décadas de descaso com a educação de jovens e adultos, tanto no Estado o Pará, quanto nos demais Estado da federação, podem ser analisadas a partir dos números de matrículas da rede pública estadual em 3 anos consecutivos que detalham o decréscimo nas matrículas entre ao anos de 2010 a 2013, mesmo com a ampliação das políticas educacionais e o investimento maciço na área com o PBA.

“ A expectativa da inclusão da eja no fundeb seria um importante indutor de oferta e que a enorme demanda potencial automaticamente respondesse a ela. O fato de essas expectativas não terem se cumprido gerou uma série de hipóteses, entre elas a concorrência indesejável de programas voltados ao mesmo público, como o Projovem, e o Enceja. Tais alternativas desestimulariam o público a buscar os cursos presenciais da eja, dificultando a consolidação do formato que vinha se impondo como estruturante da política.(HADDAD;SIQUEIRA *apud* RIBEIRO;CASTELLI JR; HADDAD, 2015,P 17)”

É possível também analisar outros números que apontam a taxas negativas em torno do crescimento da educação de jovens e adultos no mesmo período, confirmando a tabela anterior no que diz respeito a baixa procura na educação presencial.

Tabela 4. Taxas de matrículas no ensino médio.

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO
2010	8,93%
2011	6,59%
2012	5,32%
2013	2,02%

Fonte INEP. Censo Escolar 2010

Esses números refletem de algum modo na exclusão da população analfabeta ou semianalfabeta em concluir seus estudos para melhor se adaptarem ao mercado de trabalho cada vez mais exigente com relação à formação escolar. Poderia-se considerar que a defasagem no número de matrículas no estado pode ser oriunda da precariedade na infraestrutura das escolas, falta da segurança pública, na falta de investimento por parte de municípios, no acesso aos locais de estudo ou até mesmo nas diversas formas de se concluir os estudos facilitadas pelos programas de aceleração por série/ano.

Vale ressaltar, que o ano 2009, a capital do Estado do Pará, Belém, sediou a VI Conferência Internacional de Jovens e Adultos (CONFINTEA³⁰) que se reúne a cada 12 anos. Evento de grande porte e necessário para que o estado alcance números positivos de matrículas, que reflitam e justifiquem maiores percentuais de investimentos no setor³¹. Nesse encontro foram atualizadas algumas diretrizes sobre a educação de jovens e adultos, como questões sobre educação e desenvolvimento e estratégias de integração com setoriais nacionais.

Ainda de acordo com as diretrizes tomadas pela conferência de 2009, às questões que foram discutidas, segundo documento norteador, baseavam-se em: Promover o reconhecimento da aprendizagem e educação de adultos como um elemento importante e fator que contribui para a aprendizagem ao longo da vida, sendo a alfabetização a sua fundação; enfatizou o papel crucial da educação e aprendizagem para a realização das atuais Agendas internacionais de educação e desenvolvimento (EPT³², ODM³³, UNLD³⁴, LIFE³⁵ entre outras) renovar no momentum (sic) o compromisso político com a educação de jovens e adultos e desenvolver as ferramentas para a implementação, a fim de passar da retórica à ação (CONFINTEA, 2009).

Diante dessas ações fica evidenciando que as ações realizadas pelo Estado através das políticas públicas somado ao empenho dos movimentos sociais constituem avanços significativos para o progresso da eja, na união desses esforços marcaram importantes direcionamentos que balizaram o questionamento sobre os altos índices de analfabetismo no país, embora as recentes políticas educacionais tenham começado a reduzir os diversos números apresentados na ocasião, exigindo dos governos ações mais coordenadas.

Para tal, cinco temáticas foram abordadas durante o encontro acima citado: a integração da educação de adultos e das políticas educacionais da aprendizagem ao longo da vida, que visava adotar a aprendizagem e a educação de adultos como estratégia para acelerar ainda mais sua concretização; financiamento da educação de adultos, onde se defendeu a troca

³⁰ O encontro proporcionará espaço para debate sobre políticas educacionais para a promoção da aprendizagem de adultos e educação não formal. A conferência contará com a participação de um grande número de países-membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), agências das Nações Unidas, agências de cooperação bi e multilateral, representantes da sociedade civil e estudantes de instituições de pesquisa e do setor privado, é realizado a cada 12 anos, o encontro pode desenhar os marcos internacionais que balizaram(sic) a educação de adultos até 2020, vale ressaltar que o Brasil será a primeira nação do hemisfério sul a sediar uma conferência dessa grandeza no campo da educação de jovens adultos.

³¹ O governo federal investiu 51 bilhões na educação básica, em 2010. O investimento resultante do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PDE). Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537>,

³² Educação Para Todos. Criada em Jomtien em 1990 e renovada em 2000

³³ Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Criada em Nova York, pela Cúpula do Milênio.

³⁴ Década de Alfabetização das Nações Unidas (2003- 2012)

³⁵ Alfabetização para o Empedramento (2006-2015)

de informações sobre os gastos com a educação, não somente do Estado, como dos demais órgãos.

Além de visar investimentos a ser realizado pelo setor privado do país como uma possibilidade futura; a qualidade na educação de jovens e adultos também foi debatida, dizia-se que é perigoso quando cada sistema educacional constrói suas próprias definições sobre a educação de adultos visando certa qualidade o papel do professor educador fica sobrecarregado mediante a real qualidade das estruturas e avanços significativos no processo de ensino e aprendizagem, que por seguinte está profundamente ligado ao ato educativo/didático do professor em seu âmbito educacional, seja ele na escola ou em outros locais educativo.³⁶(CONFINTEA, 2009).

Entre outros aspectos de relevância para o sistema educacional de jovens e adultos, esses debates realizados apontam ainda mais as especificidades que é o processo de educação nessa modalidade, mesmo em meio a críticas sobre a atuação, didática e produção de livros destinados a EJA.

2.1 Desafios do tempo presente para a EJA.

Podemos compreender, que a educação de jovens e adultos “corre” contra o próprio tempo, seja ele cronológico ou do ponto de vista humano; seja ele dos poderes coercivos do Estado que possui limitações temporais para a implementação das políticas públicas que beneficie a sociedade como um todo na dependência dos governos que se seguem.

A eja, a partir da regulamentação da CEB³⁷ 11/2000, lei que reconhece a EJA, como modalidade da educação básica e que passou nortear questões como: ambiente e capacitação dos educadores por se tratar de uma educação que se desenvolverá por meio de instituições próprias (art.1§ 1, LDB), mas que também não impossibilita ações autônomas em espaços livres e comunitários. Porém, essa ação livre não colocará à disposição do aluno certificação entregue pelas Secretarias de Educação. Ainda assim, a lei é considerada de grande avanço para a modalidade e as utilizações desses espaços populares de alfabetização contribuem paralelamente para o combate ao analfabetismo e inclusão social.

Posterior a lei supracitada, apontaremos as mudanças vindas com a Lei 11741/2008, que deu caráter mais profissionalizante para a educação de jovens e adultos, cabe

³⁶ Resoluções da VI da conferencia Internacional de Educação de Adultos - CONFINTEA VI disponível em https://www.senado.gov.br/comissoes/CE/AP/AP20100707_UNESCO_NeroaldoAzevedo.pdf, acessado em 31/03/2021

³⁷ Currículo da Educação Básica.

aqui uma observação, quanto a prioridade na profissionalização ante a alfabetização (§3), ou seja, trabalhadores capacitados mais não alfabetizados. É importante destacar que o conceito de alfabetização, segundo Gadotti (2013), vai além do letramento do indivíduo, a EJA abrange uma série de conhecimentos objetivos e subjetivos, inerentes ao desenvolvimento do cidadão para a compreensão de si e do mundo.

Considerando toda uma trajetória percorrida de luta pela implementação e consolidação das políticas educacionais, é válido pontuar como desafio presente, a política de desmonte do estado de direito pelo então presidente Jair Bolsonaro, com sua política econômica de cortes nos gastos públicos que se iniciaram a partir da EC/95, as políticas de austeridades têm predominado os atual governo.

Em 2019 a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Inclusão (SECADI), foi dissolvida, por meio do decreto de nº 9465/2019 em fevereiro do mesmo ano, simbolizando um enorme retrocesso nas políticas educacionais implementada desde então, a SECADI, era responsável por outras modalidades de ensino, incluindo a educação do campo e o EJA prisões, a SECADI, foi desmembrada em outra duas secretarias, a de educação e alfabetização, e a de modalidades em educação de jovens e adultos, mas nenhuma das duas retomou alguns projetos já desenvolvidos como a da educação do campo e prisões deixando a critério das secretarias de educação locais. O mesmo decreto também não dispõe de diretoria específica para nenhuma modalidade, esvaziando assim os debates do setor.

Outro problema enfrentado, segundo informações da editora Global, responsável pela distribuição de livros voltados ao ensino médio/EJA, desde 2016, foi interrompido a distribuição dos livros didáticos para a modalidade EJA (PNLDEJA), situação semelhante no mês de abril, a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos,(CNAEJA) foi desfeita por decreto de Nº 9725/2019; assim como 35 órgãos ligados às políticas educacionais, como a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI), a Comissão Nacional de Educação em Direitos Humanos, (CNEDH), a Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos direitos LGBT (CNCD/LGBT), todos com representatividade das esferas governamentais e movimentos sociais.

Diante do desmonte das políticas públicas educacionais , podemos considerar que por ser decreto presidencial, não precisaria passar pelas instâncias de discussão, como o Congresso e o Senado, passando a valer para todas as esferas da administração pública, complementado por execuções das políticas educacionais restritivas do ponto de vista jurídico. Embora estados e municípios possuem autonomia sobre a implementação e administração dos

recursos destinados à educação como um todo, fica claro que os cortes e o congelamento de verbas implicará na prestação de conta no final, deixando aos gestores os novos rumos prioritários da educação, e o EJA, simbolicamente não faz parte desse rol.

Segundo dados do INEP/MEC de 2017, o número de alunos matriculados no EJA, até o momento era de 3,7 milhões, ainda assim existe uma demanda de 11,5 milhões de analfabetos no país, segundo dados do PNAD/IBGE do mesmo ano.

Esse processo além de ser danoso para o progresso do combate ao analfabetismo no Brasil, torna o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) ineficiente nas garantias dos direitos do cidadão que busca na educação de jovens e adultos o justo mecanismo de inserção no mercado de trabalho, constituindo um grande retrocesso no campo da educação, indo na contramão dos direitos fundamentais, principalmente na promoção da equidade social; no fortalecimento da inclusão social da população em situação de vulnerabilidade e reconhecimento da diversidade dos povos, pilares de uma educação democrática, tendo em vista que esses pontos fazem parte de todo processo educativo do ensino e aprendizagem de formação para a cidadania.

O desafio, do tempo presente, consiste em lutar contra o velho pragmatismo das políticas neoliberais que assumiram características de austeridade contra o Estado de direitos, e que andam junto com as grandes instituições financeiras globais para acúmulo de capital interferindo diretamente na estrutura do Estado de bem estar social, onde a educação não é vista como investimento, mas assume a narrativa de despesas que precisam ser cortadas, isso de fato, esconde a intencionalidade de manutenção do poder das elites e suas necessidades em manter a população mais pobre subalterna destinando a elas subempregos.(IRELAND, 2015).

3. A EJA: educação, trabalho e o mercado de trabalho (conceitual).

Podemos analisar que a obrigatoriedade imposta ao Estado de investimento educacional a jovens e adultos, a princípio como uma dívida social do Estado para com aqueles que não completaram seus estudos na idade normatizada ao longo do tempo por conta de diversos fatores sociais. Ou porque esse indivíduo estava empenhado no propósito de vender sua força de trabalho em troca de um salário de subsistência, para a construção de riquezas e acúmulo de capital das classes dominantes, sendo um dos prováveis fatores que fizeram abrir mão dos estudos em algum momento (MARX, 2013).

Educação que lhes permitiria acesso ao conhecimento de símbolos e imagens além da leitura e da escrita, proporcionado pela política pública (NOGUEIRA, 2018). Podemos perceber a relação conflituosa existente, quando relacionamos educação e mercado de trabalho,

até porque entendemos que o indivíduo tem que se submeter a um processo pelo qual estará sujeito a aplicação de métodos para medir seu desenvolvimento intelectual, moral e físico, que o qualificará para determinada função na sociedade. (HADDAD, 2011).

Essa condução para o conhecimento, por meio do processo de escolarização, do ensino educacional, é que entra em conflito com os conceitos de educação para a cidadania, porque sempre estará atrelado a obrigatoriedade de convergir a educação a necessidade de mão de obra do mercado (NOGUEIRA, 2018).

Neste sentido, alguns conceitos sobre a educação precisam ser pontuados considerando as ideias de Paulo Freire, (1996), que define a educação como processo social inerente ao indivíduo, e dentro desse processo, existe a criação e a busca de conhecimento para possibilitar a transformação e reinvenção da realidade através da reflexão crítica como prática humana.

Paulo Freire (1996) também aponta dois tipos ou modalidades de educação: a educação dominadora e a educação libertadora, porém, a educação implementada pelo Estado, tem por finalidade transformar esses indivíduo em cidadãos, dotados de senso crítico, capaz de compreender os diversos aspectos da sociedade, em oposição da educação de que apenas conhecimento adquirido para o mercado de trabalho e benéfico, como fator que talvez determinará seu ganho no futuro. Esse aspecto controverso dos objetivos sobre a essência da educação tem tornado o trabalho do educador difícil em sua concepção.

Paulo Freire passou a desenvolver na cidade de São Paulo, a partir de suas experiências em Angicos, no Rio Grande do Norte, projetos voltados para a educação da alfabetização de jovens e adultos que foram fundamentais para a retomada das políticas educacionais com os governos que estavam à frente da Secretaria Municipal de Educação em 2003. O MOVA BRASIL³⁸, movimento educacional então encampado pela prefeitura, tornou-se política pública de educação popular, contribuindo de forma significativa para construir uma leitura, a partir das mais distintas realidades de cada região ou comunidade, onde os métodos freirianos eram reproduzidos.

O método freiriano, causou grande impacto nos rincões brasileiros, e na região sudeste do Pará não poderia ser diferente, já que esta passava por diversas modificações sociais, geográficas e econômicas como supracitado.

³⁸ Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos surgiu em 1989 em São Paulo durante a gestão de Paulo Freire na secretaria municipal de educação de São Paulo, com uma proposta que reunia Estado e Organizações da Sociedade Civil, para combater o analfabetismo entre jovens e adultos em 1989, pós redemocratização.

A educação como conceito genérico pode ser percebida também tanto do ponto de vista formal como informal que permeiam as relações humanas, sendo que uma não invalida a outra, e a educação de jovens e adultos podem ser inseridas em ambos os campos. Pressupõe-se que a educação pode ser como um processo a ser desenvolvido de forma integral pelo homem na intenção de não só desenvolver suas habilidades, mas também em outros aspectos como culturais e sociais para um determinado fim (LUCKESI, 1995).

Outros conceitos como de José Carlos Libâneo (*et al* 2012) corroboram para o processo capitalista educacional que vê o conceito de educação dos indivíduos como uma necessidade inerente dos indivíduos, que lhes possa assegurar uma formação cultural social e científica para si, que contemplem sua vida em todos os sentidos, lhe permitindo construir uma vivência autônoma, na vida profissional e social no desenvolvimento para uma cidadania construtiva, porém quando se relaciona a educação com o mundo do trabalho, certas autonomias são reduzidas ou extinguidas pelo mercado de trabalho limitando suas manifestações, mesmo sendo educado como para ser um indivíduo crítico.

Concomitante ao processo de conceituação sobre educação, Saviani (2007), entende que a educação como produção de conhecimento, cujos indivíduos consigam absorver conteúdos, práticas e habilidades e transformá-las em ações que mudem ou deem um novo significado ao meio onde vivem, e que possibilitem a igualdade de oportunidades.

Considerando a educação nos moldes atuais, podemos entender que o processo educacional embora conduzi-se para um aprendizado que procura formar indivíduos para a cidadania, conscientes de seus papéis perante a sociedade, de mediadores e modificadores dos espaços por eles ocupados, munidos de suas autonomias e intenções de mudanças significativas, estão limitados às estruturas governamentais que tem na educação como bem cultural a disposição da produção e do desenvolvimento econômico capitalista.

Logo, a educação permanece como assunto prioritário para as estruturas governamentais, dessa centralidade a educação tornasse desejada pela sociedade, por seus aspectos formativos, inclusivos e capacitadores, pelos períodos eleitorais consta na agenda obrigatória de candidatos, tornasse cultivada como objeto estratégico vantajoso; pelos governos como ponto central de debates para projetos de implementação ideológica.

Considerando, ainda, todo aparato estrutural do Estado (WEBER, 2013) em consonância com a formação de uma educação para o mercado de trabalho, é importante o reconhecimento da importância dessas estruturas que se movem nos governos democráticos e que atuam para suprir as demandas sociais. As políticas educacionais para a educação de jovens

e adultos, embora fragmentada até então, são fundamentais e importantes para o desenvolvimento tanto da cidadania do indivíduo quanto para o mercado.

Não é incomum que os discursos sobre o conceito sobre educação seja divergente entre discurso idealizado e as estruturas políticas que produzem os sistemas educacionais na condução coerciva ao mercado. (GONSALVES, 2013).

Outro fator importante para visualizarmos a relação da educação e trabalho é o conceito de mercado de trabalho. Para Chiavenato (2014) do ponto de vista dos empregadores “é composto por um conjunto de oportunidades de trabalhos, ofertados pelas organizações”; já do ponto de vista do educador, afirma Saviani (2007), que a educação precisa estar ligada ao trabalho e o trabalho a educação como princípio educativo inerente às sociedades capitalistas, a utilização da educação como mecanismo de inserção no mercado de trabalho acaba por ser tornar relação necessária para as sociedades capitalistas, mesmo que as conduza para as desigualdades.

Igualmente, considerando o modo de produção capitalista, e a formação das estruturas sociais e da necessidade de acúmulo de riquezas e de dominação do capital, o mercado de trabalho pode ser visto com um norteador da educação, por que através dele as necessidades de mão de obras específicas são requisitadas para as estruturas de governos, que por sua vez instrumentalizam os sistemas educacionais para capacitação de mão de obra para o preenchimento de vagas em mútua dependência. (ibid).

Sendo assim, cabe entender que a educação de jovens e adultos do ponto de vista, tanto de educadores quanto de economistas, constitui um aprendizado para a formação de mão de obra para o mercado de trabalho, capacitação de acordo com as exigências das demandas e por fim às necessidades do próprio indivíduo. Ou seja, educar para se encaixar em um sistema que dependendo de sua posição social, invisibiliza os efeitos da educação nos indivíduos, deixando transparecer somente aquilo de útil para o mundo do trabalho.

3.1. Reflexão integrada sobre a educação de Jovens e Adultos para a formação de mão de obra como prática seletiva do capital.

“Será que o trabalhador assalariado, o trabalho do proletário, cria propriedade para ele? De modo algum (...). A propriedade em sua forma atual, move-se em seu antagonismo entre o capital e o trabalho” (MARX, ENGEL 1848). Esse texto demonstra o verdadeiro sentido da divisão de classes, do papel do indivíduo em uma sociedade capitalista. Neste sentido, a

existência de elite ancorada no empobrecimento da sociedade, resistiria ao máximo em dar a ele condições para que se opusessem ao seu domínio, isso significaria que mesmo obrigado em ceder em algum momento, essa classe dominante dificultaria o acesso aos seus direitos, seja pelas vias da burocracia, seja por vias políticas públicas.

No decorrer da estruturação do Estado capitalista (PRADO JR, 2011), como principal agente de proteção, cuidado e desenvolvimento de seu povo, constituiu-se em sua formação a perpetuação de lugares de dominação pelas elites, e no decorrer dos anos esse lugares de poder tiveram que ceder a cada lei e decreto que permitiam que seus cidadãos pudessem usufruir de seus direitos. E a principal delas veio com a consolidação dos Direitos fundamentais para o exercício da cidadania.

Corroborando, a Constituição Federal de 1988 e as leis de Diretrizes e Base da Educação - LDB nº. 9394/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério através do Decreto nº. 2208/97³⁹, que redefiniram a política da educação profissional no Brasil, e, portanto, colocou como modalidade de ensino de Jovens e Adultos (EJA), garantindo assim um dos Direitos Fundamentais e Sociais, permitindo assim o progressivo desenvolvimento das políticas públicas tanto universais como as focalizadas (KERSTENETZKY, 2006).

A política educacional desenvolvida pelo Estado brasileiro, embora tenha tentado suprimir a intencionalidade da perspectiva dialógica da educação que seguem a linha de pensamento condizente com os métodos de Paulo Freire (1996), mesmo com a necessidade de desenvolver novas discussões, acerca da relação entre educação e trabalho não podemos esquecer da manutenção dessas conquistas na área da educação, frente aos retrocessos que avançam desde 2016⁴⁰.

A educação de jovens e adultos permanece em consonância com o processo de produção de mão de obra, o que nos faz perguntar que: com o histórico de desigualdades sociais que deixaram uma dívida social imensa do Estado para com a sociedade, somada com problemática típica dos países capitalistas de divisão social. E a competitividade do mercado e como esse mercado absorveria tamanha demanda de mão de obra, que supostamente usaria da educação como possível mecanismo para a inserção no mercado de trabalho?

O fato é que a competitividade de mão de obra qualificada existente no mercado de trabalho sinalizaria com etapas de eliminação dessa mão de obra, em um processo de

³⁹ Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação (profissional nacional).

⁴⁰ Medida Provisória nº 746- sobre a reforma do ensino médio.

seletividade dos indivíduos, nessa seletividade existem alguns fatores que fazem a diferença quando pensamos nos processos das instituições em busca do preenchimento de vagas de trabalho. Sobre esse processo podemos apontar pelo menos três deles: gênero, idade e qualificação como fatores inerentes ao espaço a ser ocupado.

Isso suscita vários dilemas no que diz respeito a eja, pois na sua grande maioria de alunos deixaram de terminar os estudos na idade certa também porque estavam empenhados no propósito de vender sua força de trabalho na construção de riquezas para o acúmulo de capital das classes dominantes (NOGUEIRA, 2018).

Além disso, as mulheres lideram o número de vagas preenchidas pelas instituições de ensino, segundo dados do IBGE (2010), uma das características predominantes da educação de jovens e adultos. Embora a discussão sobre gênero não seja o principal foco deste trabalho, é importante pontuar essa especificidade, da compreensão da EJA, por sua complexidade.

Davi Antunes (2011), observa que o processo de transformações no mercado de trabalho é contínuo e exige maior qualificação educacional, tal exigência do mercado e do capital acompanhada por grande parte dos países em desenvolvimento, veio transformando o trabalhador em aluno e aluno em trabalhador, em um ciclo de interdependência, que justificasse o investimento do Estado na educação profissionalizante cujos seus objetivos primários eram em preparar o aluno como mão de obra rápida para a ocupação no mercado de trabalho (ibid).

Na mesma discussão Haddad (2011) aponta, que as reformas educacionais feitas no Brasil, as que vieram após abertura da política democrática, observando que, durante sua implementação, foi dado maior importância e ênfase ao aspecto econômico, “importando mais a formação de mão de obra do que a formação do cidadão”. Isto aponta que, o indivíduo poderia ser condicionado a uma determinada função pelo Estado em prol do desenvolvimento econômico? Ou colocando nas costas do indivíduo a responsabilidade do desenvolvimento do país? Cujas responsabilidades o levariam ao subemprego e ao afastamento da sala de aula?

Diga-se de passagem, que a educação também cumpriu um papel de manutenção de poder na sociedade, imposto pelo Estado, a qual segundo Foucault (1999), molda o indivíduo não só pelas suas habilidades, mas por sua sujeição e obediência útil, moldados a partir dos espaços a eles destinados.

Logo, ao se analisar a eja, nos moldes aos quais foram se desenvolvendo, tanto em suas formas de leis e decretos, quanto em suas metodologias e práticas, construiu-se uma cidadania submissa e subalterna na construção de suas vivências sociais, e partindo desse pressuposto, a posição do indivíduo no mercado de trabalho é selecionada e demarcada pelo

mercado de trabalho. De acordo com Dias (2012, p.72) existe um silenciamento nos indivíduos que dependem da venda da sua força de trabalho, não expressam opinião nem vontades, ou quando expressão estão sob observação de seus gerentes.

Contudo, a instrumentalização das instituições educacionais, a partir do princípio de formação do indivíduo para o mundo do trabalho possui ações positivas de financiamento na área da educação. Em 2007 com a aprovação do Fundo de Financiamento da Educação Básica (FUNDEB) significou um grande salto na institucionalização e manutenção do ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em seus vários aspectos e objetivos incluindo a modalidade na política de financiamento, e com recursos garantidos para Estados e municípios, essas ações refletem no período em mais ofertas de vagas, suprimindo a Emenda Constitucional nº. 14/1996⁴¹, que anteriormente responsabilizava somente o Governo Federal pela erradicação do analfabetismo no Brasil, (Projeto MOBREAL).

Diante disso, colabora Haddad; Di Pierro (2000) com a questão:

O Brasil que ingressa no século XXI está integrado cultural, tecnológica e economicamente a essas sociedades pós-industriais, e comporta dentro de si realidades tão desiguais que fazem com que as possibilidades e os desafios da educação permanente também estejam colocados para extensas parcelas de nossa população. O desafio maior, entretanto, será encontrar os caminhos para fazer convergir as metodologias e práticas da educação continuada em favor da superação de problemas do século XIX, como a universalização da alfabetização. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.128)

A procura pela modalidade da eja reflete os anseios de uma sociedade historicamente dividida entre as necessidades humanas de sobrevivência e os ideais pessoais. O interesse da classe trabalhadora por uma posição melhor na sociedade, melhor qualidade de vida, juntam-se no reforço e na luta para a superação e diminuição das desigualdades, através da educação de jovens e adultos, alcançando as mais variadas dimensões. Segundo Gramsci (1982), entendia que a formação educacional deveria ser acompanhada pelo conceito que possibilitaria a formação humana e generalizada, isso incluía a preparação para o mundo do trabalho e seu estreitamento da relação entre trabalho e educação (ibid).

Todavia, o mercado de trabalho possui dinâmicas específicas que acompanham as sociedades capitalistas, e que de tempos em tempos seus ciclos se modificam, logo os indivíduos acabam por refletir na sociedade essa vulnerabilidade no que diz respeito a defasagem de conhecimento e qualificação para esse mercado em contínuo crescimento e

⁴¹ Emenda Constitucional referente a redefinição da divisão de responsabilidades da educação no Brasil.

expansão tecnológica. Além disso, outro fator inerente às sociedades capitalistas, são as desigualdades regionais, que favorecem resultados diferentes na formação educacional. Conforme dados do IDEB de 2017, o estado do Pará teve um empenho de 2,8 na avaliação, cuja meta era de 4,0, o que não significa que não houve avanços levando em consideração as notas da Prova Brasil no ensino médio.

Essas diferenças regionais, são fatores que influenciam nos resultados das metas apontados por cada governo local, existem ainda outros fatores que influenciam nos números finais, como a econômica e cultura local aumentando assim, as diferenças quanto a qualificação e preparação para o mercado de trabalho de cada cidade. O Estado, como implementador e mantenedor das políticas educacionais, mesmo que de caráter reparatório, seja de fato um direito adquirido e não uma concessão dada ora, por um governo, ora retirada por outro governo, e se é de direito, que seja permanente e contínuo em seus avanços.

Segundo Giovani (2009), a sociedade precisa lançar um olhar para as políticas públicas para além da ação do Estado, na apropriação desses direitos como um exercício de poder social. Nas sociedades democráticas capitalistas, mesmo com toda sua complexidade das quais foram estruturadas e sem perder o foco no mercado de trabalho, cada indivíduo possui certa autonomia para buscar como indicativo fundamental na observação acerca das políticas públicas, ferramentas de superação das desigualdades sociais, e a educação sempre será apontada como crucial para o desenvolvimento socioeconômico.

Tal apropriação pelo indivíduo serviria para desenvolvimento do entendimento mais amplo do significado de cidadania (NOGUEIRA, 2012), quantos indivíduos que compõem um numeroso coletivo e junto possam fazer a diferença, pois se subentende que essas bases de oprimidos são bem mais numerosas do que aqueles que lhe oprimem, logo possuem maior força de pressão, então o indivíduo nessa perspectiva, passe a buscar avanços econômico e social que supra suas necessidades e da coletividade.

No geral, o meio para se romper com alguns paradigmas relacionados à pobreza, e a desigualdades sociais não depende somente da educação, ou de uma postura consciente de seu papel na sociedade, os paradigmas impostos como barreiras podem englobar toda uma série de sistemas de opressão consolidados pela estrutura em que as sociedades foram erguidas. Sobre essas mesmas sociedades capitalistas, como já foi indagado anteriormente, se este mercado de trabalho local terá capacidade de absorver as dezenas de mão de obra oriundas da eja ou não.

Contudo, seria necessário ainda uma ressignificação sobre a eja, seus parâmetros curriculares, suas finalidades e competências, novas metas de (re) adequação na implementação de políticas educacionais que suprimisse a imposição do mercado sobre a educação, se não em

todo, pelo menos em parte. Exemplos como a Escola da Ponte⁴², em Portugal, que a partir das necessidades da comunidade escolar implementou uma nova visão sobre o sistema educacional, houve uma (re)adequação das estruturas educacionais para além do mercado de trabalho cuja cidadania, autonomia, liberdade do indivíduo, incentivada e em certa medida respeitada. Embora, divida opiniões quanto a intencionalidade educacional e seus resultados finais no processo de ensino e aprendizagem, quanto ao grau de autonomia da comunidade escolar e a pedagogia aplicada baseadas em ciclos de aprendizado divididos em: iniciação, consolidação e aprofundamento, presumidamente a escola procura se distanciar dos modelos até então aplicados.

Com base nesses pressupostos, é importante sempre observar a correlação de força entre Estado e sociedade, e de que forma as políticas públicas poderão ser moldadas e utilizadas por ambas as partes e em que medida os benefícios alcançam de fato os objetivos propostos. Giovani (2009) aponta a estrutura material e simbólica das políticas públicas como elas são pensadas pelo Estado e vistas pela sociedade. A interação entre esses dois componentes: sociedade e governos fazem das políticas públicas alvos de interesses permanentes, assim como a educação como componente formador social.

Como política pública, a educação tem um papel fundamental para a construção de uma cidadania que dialogue democraticamente com todas as camadas tanto de governos como da sociedade. A liberdade de uma democracia, o desenvolvimento social e econômico, assim como os interesses que impulsionam as políticas públicas, e que embora o Estado brasileiro seja moldado por um capitalismo dependente (AVRITZER, 2016), é um processo gradual e penoso para a sociedade a tomada de consciência social e talvez nem sempre pacífico entre as partes, pois suas bases estruturais são alicerçadas na ideologia da meritocracia elitista capitalista.

Considerando que as forças que operam dentro do aparelho burocrático não são imparciais e obedecem a uma lógica capitalista e de mercado, tais políticas públicas podem cumprir não somente o desejo de uma sociedade, mas a manutenção dessas forças em paralelo aos embates. Então, por mais que a educação tenha uma intencionalidade simbólica para a sociedade, quando transformadas em políticas públicas, assumem sua forma material de interesses econômicos, políticos e interesses de reprodução do capital (GIOVANI, 2009).

⁴² O projeto educativo, funciona em uma escola pública cuja pedagogia o “Fazer a Ponte”, visa a formação de indivíduos autônomos, responsáveis, solidárias, mais cultos e democraticamente comprometidos na construção de um destino coletivo e de um projeto de sociedade que potencialize a afirmação das mais nobres e elevadas. Fonte: <https://educacaointegral.org.br/experiencias/escola-da-ponte-radicaliza-ideia-de-autonomia-dos-estudantes>

4. Ensino de Jovens e Adultos: as perspectivas da construção da representação social e da cidadania.

A princípio, a representação social está embasada na formação de um conjunto de conhecimentos, opiniões e imagens, resultantes das interações sociais entre indivíduos, comuns em seu ciclo social, podendo ser evocados em determinados momentos (MOSCOVICI, 1978), levando em consideração a dimensão histórica crítica, quase tangíveis das ações humanas com o meio para um determinado fim ou interesse, podemos apontar que a educação está inserida como parte das representações sociais advindas dela.

Desta maneira, podemos apontar a educação de Jovens e adultos, como mecanismo complementar para a compreensão dessas realidades distintas, sabendo que esses símbolos e significados possuem funções distintas e específicas para cada indivíduo dentro de seu círculo social, compreendendo a realidade, também orientando suas falas e comportamentos como organização social. Logo a apropriação de conhecimentos e falas articuladas e manifestas através da educação dará uma identidade específica a esses grupos de indivíduos. (ibid).

Portanto, o conhecimento desenvolvido e passado, tende a ser coletivo como objeto de entendimento de diversas realidades que o acompanham, nisso a educação contribui de forma significativa para o desenvolvimento de saberes comuns relacionados àquele grupo. Essa apropriação de símbolos dará um significado à força das ações de uma consciência coletiva (DURKHEIM, 1972), que irá romper ou colaborar com as ações desse coletivo.

Colaborando com tal tomada de consciência coletiva que a educação proporciona, direcionam os indivíduos para a busca de seus direitos individuais e coletivos de ocupação dos espaços na sociedade “... o indivíduo só poderá agir na medida em que aprender a conhecer o contexto em que está inserido, a saber, quais são suas origens e as condições de que depende. E não poderá sabê-la sem ir à escola...” (DURKHEIM, 1972).

É importante considerar, que as políticas educacionais cumprem uma função social para além da qual foi projetada e organizada tecnicamente, em sua capacidade formal de qualificar para o mundo do trabalho. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/EJA) da educação de jovens e adultos aponta para o desenvolvimento de três funções que contribuem para a formação da cidadania: a reparadora e equalizadora para o desenvolvimento do indivíduo em sociedade, diante dessa ação a educação acaba por configurar-se em um processo simbólico inerente ao indivíduo, que consegue apropriar-se da educação como parte de um meio de construção de sua imagem diante dos outros indivíduos do mesmo meio, para exercer sua

natureza na busca de sua identidade, de sua orientação ética, e por fim, as justificativas perante suas ações e o resultados delas (CERQUEIRA, 2011 *apud* MOSCOVICI, 2007).

Salientando que, toda uma trajetória de vida de um indivíduo, rompe sua trajetória educacional por conta de suas necessidades básicas de subsistência, para mais tarde retornar às salas de aula para complementar seu ciclo de aprendizagem, para que essa aprendizagem possa contribuir para uma elevação tanto de estima como de imagem na sociedade, na sua intencionalidade da busca identitária social. Nisso, toda a vivência da escola torna-se relevante para a concretização da busca por um lugar na sociedade, que não aquele do qual ele tenta escapar sua origem social que tem marcado a vida de muitos na sociedade (*ibid*).

Observando, grosso modo, que a maioria dos alunos da educação de jovens e adultos tem características peculiares, tais como idades entre 25 a 50 anos, na maioria são mulheres e são oriundas das classes mais pobres, que buscam na educação um modo de “mudar suas vidas”. Reconhecer que a educação possui uma ligação com a construção dessas representações sociais, através do processo educacional do indivíduo é essencial também para a construção de uma consciência de pertencimento social (CERQUEIRA, 2011).

A este propósito Mazzotti (2008), procura enfatizar que as representações sociais são mais profundas que as opiniões, atitudes e imagens do qual o indivíduo se apropria para melhor explicar e entender seu meio diante das relações sociais com os seus. Vejamos:

[...] não são apenas “opiniões sobre” ou “imagens de”, mas teorias coletivas sobre o real, sistemas que têm uma lógica e uma linguagem particulares, uma estrutura de implicações baseada em valores e conceitos, e que “determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores ou das idéias compartilhadas pelos grupos e regem, subseqüentemente, as condutas desejáveis ou admitidas”(MAZOTTI, 2008 *apud* MOSCOVICI, 2007).

Essas relações podem ser entendidas e compartilhadas com seus pares mediante sua forma de ver a si e ao mundo que o cerca, considera-se ainda, o aspecto da formação da cidadania do indivíduo dentro desse aspecto do pertencimento, Nogueira (2015), também aponta o processo de pertencimento do indivíduo atrelado um determinado local, cultura ou espaço geográfico de uma forma identitária de afirmação, até mesmo da sua própria existência enquanto indivíduo, enquanto cidadão, das quais esse mesmo direito, oriundo do Estado, e que segundo o autor, a partir do século XX, tais direitos começam entrar em conflito com sua realização plena de seus direitos sociais.

Por consequência, esses indivíduos acabam por iniciarem uma busca por autonomia e por cidadania, que a educação lhes proporciona, mesmo que essa cidadania venha

com limitações de um Estado opressor e delimitador de suas ações quanto ao que se refere quando o indivíduo procura reivindicar por elas, como: autonomia e cidadania.

Inclusive, podemos exemplificar em uma única frase: "o direito de ter direito", converge no sentido de que a educação e trabalho podem ser apontados como uma dessas contradições entre autonomia e cidadania. Isto é, o cidadão livre submetido a soberania do Estado (NOGUEIRA, 2015 *apud* ARENDT, 1997).

Aliás, mesmo que o indivíduo se aproprie dos programas e políticas educacionais disponibilizado pelo Estado, estará sujeito ao seu viés monopolista, cujo domínio é constituído pelo predomínio das classes historicamente dominantes (GIOVANNI, 2009, p.15), que mantém a lógica e interesses de aplicação das políticas públicas "(...) na prática, leis, normas, convenções formais ou consuetudinárias, padrões morais e éticos, costumes, linguagens, práticas cristalizadas". Diante desse padrão a escola, sem dúvida, faz parte da concepção de construção de uma representatividade social e cidadania que se estende além do voto e do aprender a ler e escrever.

Considerando as formas de opressão e a luta pela representatividade social, observemos as limitações impostas pelo Estado capitalista ao observarmos o alto índice de concentração de renda per capita, segundo o índice GINI⁴³, com 0,543 no país em 2019 e confirmados pelo IBGE (2019), onde o rendimento por domicílio foi 1.406, para a totalidade da população brasileira nas regiões do Norte e Nordeste, são os diferenciais negativos entre 872 a 884, por domicílio. O Brasil está em 2º lugar, com 0,1% dos mais ricos que recebem 12,2% de todos os rendimentos do país segundo o índice. Isso, embora estejam longe da compreensão da maioria dos trabalhadores, sentem os impactos diretamente no aprofundamento das desigualdades sociais.

Em virtude disso, a estrutura social possui duas faces, as tangíveis e as simbólicas inerentes ao processo, tanto educacional quanto ao processo de pertencimento na perspectiva da cidadania em si, mas que podem, subjetivamente, diferenciar-se nas práticas sociais, como ao exemplo, do trabalhador que procura sua autonomia na afirmação de sua cidadania, por meio da educação, concedida pelo Estado.

Esse processo de construção social, perante a educação, aponta para uma tomada de consciência mesmo que limitada, mas ainda assim, perceptível na formação conceitual do processo supracitado. (MAZOTTI, 2008 *apud* MOSCOVICI, 2007).

⁴³ É o instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

Portanto, se o Estado caso não observe a subjetividade das representações sociais em detrimento aos conceitos básicos de cidadania (NOGUEIRA, 2015), significar que as reivindicações assumirão uma postura mais agressiva por parte da sociedade, há de se convir que os espaços escolares são a forma de trazer a luz sobre essas representações identitárias de cada aluno/trabalhador/cidadão, isso tornando-se um espaço de libertação tanto para o aprendiz quanto para o ato político pontuado por Paulo Freire. Mesmo que o aprendiz esteja cumprindo uma agenda mercadológica de manutenção dos governos capitalistas, o que coloca em desvantagem os indivíduos.

4.1 Jovens e adultos: educação para emancipação.

Primordialmente, expõe Paulo Freire (2001) que:

[...] sonhamos com uma escola que, sendo séria, jamais vire sisuda. A seriedade não precisa de ser pesada. Quanto mais leve é a seriedade, mais eficaz e convincente é ela. Sonhamos com uma escola que, porque séria, se dedique ao ensino de forma competente, mas, dedicada, séria e competentemente ao ensino, seja uma escola geradora de alegria. O que há de sério, até de penoso, de trabalhoso, nos processos de ensinar e aprender, de conhecer não transforma este quefazer em algo triste. Pelo contrário, a alegria de ensinar e aprender deve acompanhar professores e alunos em suas buscas constantes. Precisamos é remover os obstáculos que dificultam que a alegria tome conta de nós e não aceitar que ensinar e aprender são práticas necessariamente enfadonhas e tristes. (FREIRE, 2001).

Paulo Freire sempre viu na educação um avanço para a emancipação social, autonomia para a cidadania mesmo ela sendo moldada sob os interesses do capital e concedida pelo Estado. Logo, a educação de jovens e adultos, torna-se importante mecanismo de crescimento pessoal e intelectual, mesmo sendo visto como senso comum pela academia, o que não impede de ser uma construção de saberes da qual o indivíduo faz parte em seu tempo, ainda que de forma fragmentada, essa concessão por parte das políticas educacionais, busca corrigir uma dívida social histórica com a população mais pobre da sociedade.

Considera-se que a educação de pessoas adultas, contribui não só para a correção histórica, mas busca resolver a situação de exclusão social em que muitos desses indivíduos se encontram (ibid).

Imediatamente, esse indivíduo busca estabelecer relações sociais com o mundo a sua volta, neste sentido Paulo Freire entende que essa relação do homem com os saberes, mesmo que de forma tardia, não é ineficaz, pois esses indivíduos ensinam enquanto aprendem,

por pertencerem ao seu pequeno círculo social, são capazes de construir identidades e (re)significar o seu papel na sociedade.(ibid).

Como ser social ativo em seus próprios ritmos de reconstrução. Essa dialética entre o ser e estar na tomada de consciência dos indivíduos, abre precedentes para sua emancipação, essa deveria ser a essência da educação para a prática da liberdade (ibid).

Semelhantemente, outro aspecto inerente ao processo educativo libertador é o papel do educador. Moacir Gadotti (2013) aponta a importância dos educadores como agentes que compartilham e deixam compartilhar diversos saberes, dos quais muitos deles possuem a sensibilidade, que por trás dos muros da escola, existem desafios maiores que o letramento, a sobrevivência e a manutenção desses indivíduos para sua sobrevivência em uma sociedade desigual, onde possam garantir minimamente seus direitos básicos como cidadãos para futuros trabalhos que tragam dignidade além da sobrevivência.

Continuamente, esses mesmos educadores, de tempos em tempos, despertam o senso crítico desses atores sociais, na busca de saberes que não contemplem só o mercado de trabalho, mas que segundo o autor, esses indivíduos sejam capazes de lutar por seus direitos. Vai além, quando denota o sentido da educação e dá valor para as tomadas das decisões que conferem as políticas educacionais no Brasil que “(...) a educação está em constante disputa (...)” (Ibid).

Seja pelo ódio ou pelo amor, mesmo do ponto de vista maniqueísta, a luta por uma educação para todos, de qualidade, não deixa de ser menos intensa em suas bases. A educação para o autor vai além de um ato político, ou de um ato de amor, a educação está em disputa em um campo de batalha, cujo prêmio é os indivíduos de uma classe oprimida historicamente construída. (ibid).

Como consequência dos embates e de reivindicações de grupos e movimentos sociais, a educação de jovens e adultos possui estreita relação com a educação popular, social ou comunitária. Destarte, a formação dos profissionais da educação precisa seguir no ritmo acelerado e quase sem pausas, mesmo que estejam atrelados com o compromisso da Constituição Brasileira, para o desafio de contribuir para a igualdade de oportunidades, inclusão social e justiça social através da educação (C.F, 1988).

É importante frisar o papel e os desafios dos educadores da EJA, que além de ter que lidar com os aspectos das práticas educacionais, com as estruturas das instituições de ensino sucateadas, com o aparato das políticas educacionais, com a heterogeneidade dos alunos, com recursos cada vez mais limitados para a educação, lida também com seus próprios limites pessoais: cansaço, desvalorização da profissão, entre outras dificuldades.

Diante desses desafios, o educador que trabalha com a EJA tem que ter o compromisso para uma educação de qualidade, que reflita a importância daquele que se dispõem a ensinar, quanto aquele que se dispõem em aprender, e que, portanto, seus instrumentos de trabalho de ensino e aprendizagem sejam um incentivo, e não mais um problema para se enfrentar, e que as condições sejam tanto importantes quanto os objetivos da educação para que se promova desenvolvimento autônomo, tornando os alunos conscientes da realidade (FREIRE, 1996), bem como, os professores devem saber o seu papel na sociedade, são valorizados em todos os seus aspectos.

Tal objetivo faz parte do amplo conceito freiriano, que é fundamental para repensarmos a educação de jovens e adultos, seus aspectos objetivos e os subjetivos. Porém é de extrema importância educacional a implementação e manutenção das políticas educacionais pelo Estado para atender os indivíduos que conseguem complementar seus estudos, mesmo fora da idade certa. Com isso talvez, tenha a chance de acessar outros níveis de escolaridade, mesmo que sua educação esteja atrelada ao mercado de trabalho. Isto é, o papel do educador é estar sempre na vanguarda dos avanços propostos para o processo de cidadania e autonomia.

Logo, podemos considerar o Art. 37 da LDB, que dispõe sobre objetivos específicos da EJA, como ferramenta que aponta como um direito a obrigatoriedade dos alunos em acessar, independente da faixa etária, tempo fora da escola, ocupação econômica e situação financeira, a estrutura disponível, mesmo que, talvez não possam alcançar a todos de fato (NOGUEIRA, 2018).

Até porque, mesmo que o caráter universal das políticas públicas seja do alcance de todos, torna-se uma imposição, segundo Feigel (1996), do próprio desenvolvimento técnico, científico e econômico social a qualificação para o mercado de trabalho, ainda assim, não é ponto garantidor da tal acesso devido outros aspectos sociais que interferem em uma educação libertadora e que garanta autonomia.

Eventualmente, além das formas dialéticas freiriana, de autonomia e libertação do indivíduo com relação ao capital, é indiscutível a dívida social do Estado para com seus cidadãos, o que se alonga e estende o rompimento dessa dívida social. Por conseguinte, a EJA se estabelece então como compensação pela enorme dívida social do Estado para com os indivíduos, e ao mesmo tempo em que se dispõe a pagar, torna-se fiador dos mesmos (SINGER, 1981), em um círculo vicioso de dependência e resistência imposta entre sociedade e Estado.

Ademais, mesmo que o DCNs aponte as demandas da EJA, que respeite suas especificidades, que busque as reais necessidades desse campo, a educação básica continua ligando o indivíduo para o mundo do trabalho, onde existe uma competitividade acelerada e

seletiva impostas, de todo modo, talvez possamos encontrar meios que possibilitem romper com esse ciclo gerado pelo capitalismo que divide e antagoniza a sociedade em seus lugares de fala.

A educação de jovens e adultos, que conduzem à emancipação, necessita de mecanismos políticos que garantam minimamente seu funcionamento. Pode-se comparar esta complexibilidade a um caleidoscópio de visões, concepções, atores, e estruturas moldadas pelas leis dos estados. Estas permitem compreender a difícil tessitura para além das regulamentações que delimitam o processo emancipatório. Alunos e professores com históricos complexos, como a educação, nos fazem transitar sempre e incansavelmente por vias e meios, na busca, não na exatidão rígida dos saberes, mas na busca pela liberdade de ambos a partir da vivência da sala de aula.

Em suma, Demerval Saviani (2017), explicita que o processo democrático do qual a educação foi encarregada, juntamente com a responsabilização tanto da escola como dos educadores, tornou-se, ao mesmo tempo, grande responsabilidade como um peso constante para professores e alunos. Lembrando que, a cada momento que professores e alunos entram em sala de aula, a cobrança é repassada. Inclusive, essa postura condicionante que permeia as práticas educativas emancipatórias, pode ser vista como uma resposta ao processo de desumanização que as camadas mais oprimidas sofreram diante das opressões e violências sofridas historicamente por parte de uma estrutura construída socialmente excludente.

De certo, que o processo de uma educação emancipatória, como prática de uma sociedade democrática, não significa que os indivíduos estejam livres de fato de suas obrigações e responsabilidades com o estado e suas leis, mas que contribuam de forma crítica para o desenvolvimento do país em suas dimensões, capazes de fazer intervenções críticas para mudar a realidade de opressão transformando a sociedade mais igualitária e mais justa. Nessa perspectiva, tanto alunos quanto professores precisam avançar com a EJA, considerando-a como parte do processo de luta pelas desigualdades.(ibid).

4.2 Educação de jovens e adultos e as possibilidades de inclusão social.

A educação de jovens e adultos, pode ser vista também como ferramenta de inclusão social e processo para formação da cidadania, além de formação de mão de obra para o mercado, diz respeito à dignidade humana e o direito à educação, não importando a idade do educando. A inclusão social através da educação vai além do ato de incluir indivíduos que

historicamente foram colocados à margem da sociedade por conta dos mais variados aspectos, sejam eles , sociais, étnicos culturais ou econômicos excluídos de oportunidades ou de setores da sociedade.

A inclusão desses indivíduos parte do princípio como fruto de um processo evolutivo de tomada de consciência dos direitos, essa consciência é acrescida em que o indivíduo se reconhece como protagonista de sua vivência, lutas e desafios na construção de sua história.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como nossa Constituição Federal de 1988, deveria garantir esse aspecto, mesmo que de forma coerciva com a implementação das políticas públicas. Essa integração da administração pública e sociedade, para o combate das desigualdades sociais , a fim de diminuir os abismos sociais estruturados historicamente pelos Estados capitalistas, garantindo o direito ao acesso à qualidade e dignidade de vida aos indivíduos que recorrem às políticas públicas.

A modalidade oportuniza não somente aos jovens e adultos mais pessoas que deixaram de completar seus estudos no tempo certo, por conta de dificuldades impostas pelas desigualdades sociais, que conseqüentemente, foram ficando à margem da sociedade e fora do mercado formal de trabalho.

O processo da modalidade EJA, como ferramenta de inclusão social, ainda possui grandes desafios ainda arraigados de preconceitos sociais como por exemplo a educação como direito ou necessidade? Sabemos que o ‘direito’, é fator inerente ao indivíduo que lhe permite viver com dignidade, e a ‘necessidade’ está mais associada a ter, portanto está mais associado ao processo de viver com dignidade podendo a vir a ser reclamado amparado pela lei, nisso as políticas publicas implementadas pelo Estado cumpro seu papel de Bem Estar social que vão além da ação do exercício de poder.

Historicamente, nas sociedades contemporaneas capitalistas, grupos de individuos foram excluidos da sociedade, dentre eles negros, indigenas e seus descendentes, no Brasil, segundo Caio Prado Junior (2001) , esse processo de colonização e marginalização desses povos somado a ideologias politicas, foi acumulativa, ao ponto de mesmo em tempos atuais ainda nos deparamos com demonstrações de pensamentos colonialistas e escravistas, nisso, as ações do Estado mediante sua administração, e com a implementação de politicas publicas e sociais na identificação de grupos historicamente excluidos e em situação de vulnerabilidade exercem sua força coerciva, no sentido de promover a inclusão social.

Um dos marcos principais para o processo de combate às desigualdades sociais foi para além da Constituição Federal (BRASIL, 1988) foi a LDBEN (1996), que garantia a

Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2003), da Secretaria de Especial de Direitos Humanos, dispondo também, a educação como direito a todos os indivíduos com a finalidade de inserir em sociedade respeitando todas as diferenças, componente basilar a dignidade humana. Outras ações a nível internacional foi a V Conferência de Educação de Jovens e Adultos em Hamburgo em 1997, que estabeleceu a educação a todos ao longo da vida como direito fundamental.

Vale ressaltar, que a educação de jovens e adultos implica em muitos mais aspectos que os saberes adquiridos em sala de aula, diz respeito ao fator primordial na vida do ser humano, como seu desenvolvimento pessoal para a construção da cidadania (HADDAD, DI PIERRO, 2002). A eja como ferramenta de inclusão social torna se fundamental no que tange a pluralidade do indivíduo para a prática de sua socialização quanto cidadão, que favoreçam seu pleno desenvolvimento, nisso devesse pensar na escola como espaço estratégico que contenham em seu escopo a promoção da equidade, no acesso a formas da educação diferenciada e diversa no que possibilite uma melhor aprendizagem a partir de múltiplas linguagens e recursos fundamentais para o combate das desigualdades sociais.

A observação da singularidade de cada aluno, permite ao educando e ao educador explorar diversas dimensões onde a prática educativa possibilita acessar o conhecimento e a educação como direito social. A inclusão social por meio da educação, se propõe a quebra de paradigmas como: deficiência, origem étnico racial, origem geográfica, condição financeira, orientação sexual ou religiosa, ou idade, no caso dos indivíduos que acessam a educação de jovens e adultos(LDB).

Podemos ainda, levar em consideração outras inquietações acerca da educação de jovens e adultos como que a exclusão social se dá pelo fato de toda uma construção histórica, de desigualdades, cujo mundo se baseia no modo de produção capitalista, cujo reflexo pode ser visto em vários setores da sociedade, tendo como resultado uma sociedade excludente, onde a necessidade da eja, pode ser vista como produto\solução para tal impacto. Ou seja, se produziu o analfabetismo durante décadas pelo capitalismo, e se desenvolveu a Eja, necessária ao capitalismo para formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Então, qual a intencionalidade da eja em um mundo cuja desigualdades sociais continua a excluir agora em outros patamares as classes pobres? Mesmo munidos de diplomas?

Essa visão contraditória da eja , segundo Martins (2013) pode ser levada em consideração quando pensamos a modalidade como produto de uma construção social, econômica e política, no qual o Estado brasileiro foi formado, o aprofundamento das desigualdades evidenciando o grande desafio ainda a ser enfrentado pela modalidade.

5 - A estrutura do EJA em Marabá.

Em números oficiais, o município de Marabá, no Pará, tinha em 2018, 199 escolas de ensino fundamental, das quais 23 atendiam a EJA. Segundo os dados da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) em 21 escolas do ensino médio, das quais 1 na região urbana, faz o atendimento da EJA.

De acordo com o site da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA), em toda região de Marabá, essa diferença de ofertas entre o fundamental e médio, denota não só a dificuldade em se concluir a educação básica no município, aponta também a dificuldade de acesso à escola, essas dificuldades pode ser entendida por conta da formação da região e sua complexidade em atender alunos tanto da zona rural quanto da zona urbana da região.

Outra modalidade de educação de jovens e adultos é a contribuição do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), regulamentado pela lei nº. 7806/2014 (D.O⁴⁴, 2014), que atende jovens e adultos do campo no intuito de levar o educação básica para comunidades de difícil acesso, como parte de uma estratégia no combate ao analfabetismo e às desigualdades regionais e geográficas que impossibilitava a continuação dos estudos para alguns alunos nos lugares de difícil acesso.

Embora os as políticas educacionais no âmbito da educação de jovens e adultos sejam distintas em suas ações, elas convergem para um único propósito: que é a ofertar educação de qualidade aos jovens e adultos do campo, que por algum motivo não conseguiram cursar o ensino fundamental na idade certa, na perspectiva do trabalho e da profissionalização, visando a diminuição do analfabetismo, conforme os objetivos apontados pela Secretaria Municipal de Marabá em sua página oficial.

Diante das complexidades geográficas específicas da região, existem outros fatores que dificultam o acesso ao ensino, que vão desde questões sociais e econômicas, e questões relacionadas aos conflitos políticos na região que perduram há décadas, dificultando ainda mais a implementação dessas políticas educacionais; outras dizem respeito às questões estruturais: a construção e manutenção das escolas que ficam distantes das zonas urbanas de Marabá. Embora grandes avanços já tenham sido realizados pelos setores governamentais. Para dificultar ainda há as variações de diferentes concepções de governos locais e a quebra de ciclos de investimentos no setor.

⁴⁴ Diário Oficial do Estado do Pará, disponível em <http://www.ioepa.com.br/pages/2014/2014.04.30.doe>.

Sobre as variações de oferta e procura, observamos as tabelas seguintes, e analisamos a variação de oferta e procura dos respectivos números de matrículas, tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio na região. Tomando por base inicial os dados sobre o número de matriculados na EJA entre 2010 e 2013, na cidade de Marabá.

Tabela 5: Somatória geral das matrículas 2010/2013.

ANO	MATRÍCULA
2013	4.454
2012	5.036
2011	4.610
2010	5.205

Fonte INEP.Censo Escolar 2010/2013

Os dados observados na tabela, apontam para uma queda dos números de matriculados na região de Marabá, entre 2010 e 2013, porém não significa que a procura pela EJA diminuiu. Nesse período é marcado pela diversificação de outros programas e ações no âmbito da ampliação das políticas públicas educacionais nas esferas de ensino como: da flexibilização do acesso e conclusão dos estudos, seja no sistema modular e no sistema presencial da educação a nível nacional consolidado pelo Ministério da Educação (MEC).

Nota-se os reflexos das políticas públicas que ampliam as possibilidades, inclusive de escolha livre dos indivíduos no que concerne a entender suas necessidades. De certo modo, em dado momento os alunos podem dar continuidade aos seus estudos, tendo ciência das possibilidades das políticas educacionais implementadas. Esses dados facilitam a demonstração dos resultados referentes a essa modalidade, mesmo demonstrando um recuo nos números. Vejamos:

Tabela 6: Taxa Matrículas no ensino fundamental no município de marabá 2010/2013

ANO	TAXA DE CRESCIMENTO
2013	97,98%
2012	94,68%
2011	93,41%
2010	91,07%

Fonte INEP.Censo Escolar 2010/1013.

De acordo com o censo, na região podemos visualizar uma diferença dos dados municipais positivos no aumento de 6,93% de acréscimo no número de matrículas significativa no acesso às matrículas.

Ou seja, as ações que possibilitam melhorar ou piorar o desempenho, e visibilidade das políticas educacionais da EJA, dependem de diversos fatores ligados ou não às decisões do aparato burocrático governamental. Embora os dados tidos como exemplificação dessas ações, dão comprovação apenas quantitativa das variações dos processos de crescimento, e, o desenvolvimento das políticas educacionais na região, não invalida a necessidade em disponibilizar vagas a EJA, mesmo com as dificuldades locais a educação se faz necessária.

Outra questão que poderia ter dificultado a rede de atendimento à educação de jovens e adultos era as recentes mudanças realizadas nas leis educacionais que fomentam e financiam a modalidade. Segundo dados do IBGE de 2010, no período havia 13 milhões de analfabetos no país, mesmo com toda consolidação e a ampliação do conhecimento sobre o direito à educação. Dados da variação do número de analfabetos no município de Marabá, confirmam a pouca procura da modalidade.

Podemos ainda observar os dados de Marabá através do DATASUS de 2010

Tabela 7: variação de número de analfabetos em marabá entre 1991 a 2010

ANO	NÚMEROS
2010	16.871
2000	17.328
1991	16.298

Fonte: DATASUS

As variações em três décadas podem ser lidas através das políticas educacionais voltadas para a modalidade a partir da implementação do PBA, mas também podem ser vistas do ponto das especificidades socioeconômicas regionais que alteram a demografia local por ser uma região que acumula projetos econômicos de envergadura local e nacional. Essas variações podem ter relação com vários aspectos da região que vai desde as questões sociais, culturais e econômicas da região bem com a cultura de subemprego local.

Essas características das variações das políticas educacionais podem influenciar nos dados disponíveis do período em questão, isso não significa que o progresso na educação de jovens e adultos tenha deixado a desejar, levando em consideração a média nacional, que em

2010 era de 9,37%, bem próximo ao desempenho da cidade. Outro fator quando olhamos somente os dados, é que embora a cidade tenha renda per capita elevada em torno de 31.650,18 reais em 2017, reconhecidamente como principal centro econômico da região sudeste do Pará, a educação local ainda precisa lidar com a exclusão socioeconômica e cultural de uma grande parcela da sociedade, que pode ser visualizada através dos dados explícitos.

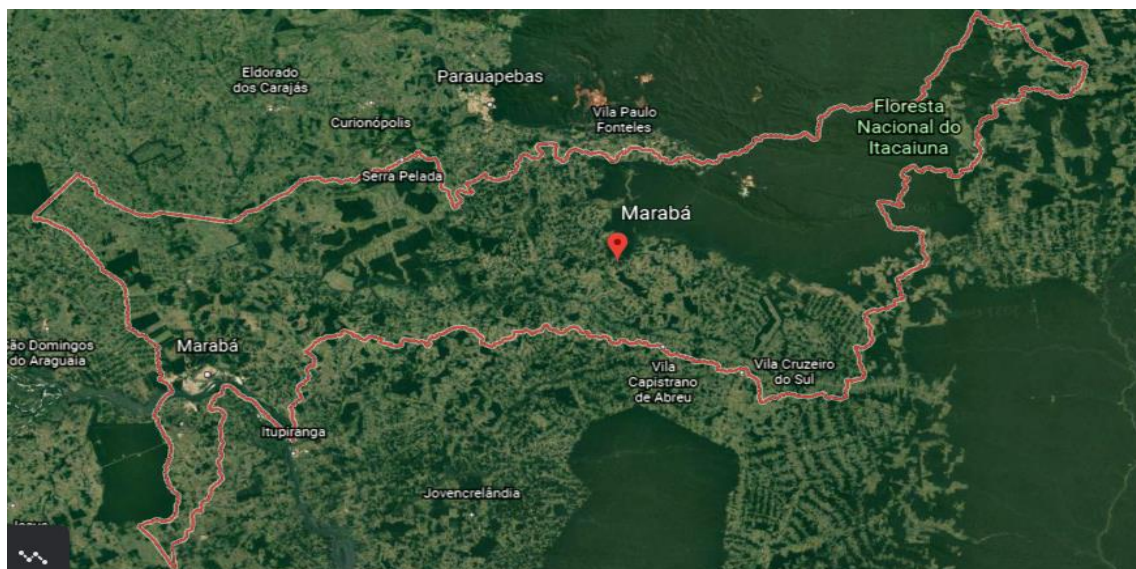
Portanto, quando falamos da eja, implica apontar que a modalidade não está atrelada somente como fator preponderante à faixa etária dos alunos, mas ligada principalmente na exclusão socioeconômica da região, mesmo sendo ela referência de centro econômico. Diante disso, a necessidade em se detalhar aspectos mais específicos da EJA em Marabá, se faz necessária perante diversos aspectos que permeiam a modalidade e as questões regionais.

5.1 Aspectos Históricos, sociais e econômicos da Região.

A população do município de Marabá teve um aumento em sua demografia, significativamente e em meados de 1998, onde o número de habitantes fixos alcançava 157.884, por conta de diversos fatores sociais trazendo uma dinâmica cultural e social bastante específica à região (PEREIRA, 2017).

A priori podemos observar o mapa abaixo algumas características da região de Marabá:

Imagem 1: mapa da cidade de Marabá



Fonte <https://earth.google.com/web/search/Marab%C3%A1>

Segundo as informações oficiais apontadas na página do IBGE cidades (2020), a criação do município (1913) como reivindicação da comunidade marabaense, formalizado em 05 de abril do mesmo ano, só recebeu o título de cidade 10 anos após (1923), com a Lei nº. 2207. Nesse período, a cidade contava apenas com 450 casas e 1500 habitantes fixos, tendo outro fator de crescimento demográfico a abertura da PA-70, em 1969.

Simultaneamente, as elites agrárias se revezavam nas posições de poder na região, e com as sucessivas crises dos ciclos de economia na região, travaram conflitos armados que precisaram de várias intervenções do governo central do Grão-Pará, (1919), conflitos gerados pela crise da borracha.

O extrativismo da borracha e da castanha foram os principais produtos da economia marabaense, seguido pelo ciclo do ouro e do diamante. Ademais, não é de se admirar que a região foi palco de tantos conflitos de poder das elites agrárias da região criando situações de opressão das camadas mais pobres (BARBOSA, 2013), dessas situações de opressão aprofundou-se as desigualdades sociais durante as décadas de ocupação e exploração de minérios da região durante e posteriormente a implementação das políticas de ocupação da região.

A cidade de Marabá estava ligada à rodovia Belém-Brasília, o que trouxe grandes mudanças estruturais e sócio-econômicas profundas na região, mesmo que o governo no período tenha apresentado grandes vantagens nos empreendimentos econômico expansionista, propondo benefícios que não se estenderam de forma imediata e nem para todos. Posteriormente, a instalação de indústrias siderúrgicas para produção de ferro-gusa⁴⁵, industrialização que trouxe grandes mudanças com a expansão para o município, mas trouxe também tensões políticas sociais e econômicas que perduram até os dias atuais.

Como entreposto comercial, a cidade passou por ciclos econômicos, dos quais definiram seu desenvolvimento e sua organização política, das quais formam sua estrutura social. Outras cidades pequenas da região também começaram receber um grande fluxo migratório, alterando vários aspectos dos municípios do sudeste do Pará.

Vale lembrar, que em meio ao inchaço populacional se deu muito por conta dos grandes empreendimentos da região, que vai desde a abertura das estradas, de expansão agrícola e de área de pastagem, o loteamento de extensas áreas de posse duvidosa, quanto às áreas de

⁴⁵ O projeto, chamado de TecnoRed, contempla a implementação de um laboratório de desenvolvimento e processamento de biomassa, no distrito industrial de Marabá, que vai permitir a produção de 500 mil toneladas de ferro gusa, com baixa emissão de carbono.

extração de minério. Contudo, essa movimentação trouxe à região desafios para os governos locais em vários aspectos, como saúde, segurança e educação, que acomodassem um volume populacional, outro desafio foi acomodar culturas e linguagens diferentes que se estabeleceram no solo marabaense.

Neste diapasão, o desenvolvimento territorial da região, a criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)⁴⁶, trazia incentivos técnico e financeiro para a “ocupação” da região, embora esses incentivos e subsídios fosse direcionado apenas para uma camada política e social específica. Dentre os projetos de grande impacto na região, podemos citar o Projeto Calha Norte e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)⁴⁷. Conjuntamente, podemos citar além dos impactos supracitados a modificação territorial com a ocupação de extensão enormes de terras, e a modificação socioeconômica da região, onde os conflitos agrários são contínuos.

Atualmente a população marabaense está em torno de 283.542 habitantes, segundo dados do IBGE 2020, e o crescimento dessa estimativa é inevitável, já que a cidade está em contínuo processo de desenvolvimento cada vez mais acelerado e recebe rotineiramente uma massa de migrantes, pessoas vindas de outras localidades. Segundo dados do IBGE de 2010 a 2018, o salário médio mensal era de 2.7 salários mínimos na região. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 18.1%.

Em comparação com outros municípios do Estado, ocupava as posições 9 de 144 e 8 de 144, respectivamente. Já na comparação com cidades do país, ficava na posição 378 de 5570 e 1609 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 41.3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 132 de 144 dentre as cidades do estado e na posição 2573 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Em conformidade, esse percentual da população sofreu uma drástica variação das ações governamentais e suas políticas de planejamento urbano em Marabá, (ALMEIDA 2008), somado às ações do Estado visando a ocupação de espaço vazio, como viam a Amazônia oriental. Assim, as questões educacionais também foram fortemente afetadas por tantas

⁴⁶ É criada com a finalidade de planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional. A SUDAM foi instalada em 30 de novembro de 1966, entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior, criada pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, em substituição à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)

⁴⁷ O Sistema de Vigilância da Amazônia faz parte Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), responsável pelo controle ambiental, o desenvolvimento regional, o controle do tráfego aéreo, a coordenação de emergências, o monitoramento das condições meteorológicas e o controle de ações de contrabando.

modificações sociais e econômicas na região e o descontrole demográfico contribuiu para o desnível educacional nas regiões mais afastadas dos centros urbanos de Marabá.

Vale destacar, um dos maiores empreendimentos de minas a céu aberto do planeta e produção e extração de minério em escala mundial (PEREIRA, 2016 *apud* FERREIRA E SALATI, 2005), com grandes impactos na região sudeste do Pará está na concentração de minério de ferro cujos limites se estendem a cidade de Parauapebas e São Félix do Xingu, é o do Projeto Grande Carajás (PGC) com incentivos do governo brasileiro iniciada entre 1970 e 1980, ainda como empresa estatal trouxe modificações demográficas, econômicas e sociais, em proporções das quais os moradores originários da região não estavam preparados.

O alvoroço em torno desse mega projeto desencadeou um processo migratório na região sem precedentes, mesmo com o salto na arrecadação dos municípios como compensação financeira pelas modificações e grandes impactos na região, o número de migrações na região superou rapidamente o número de moradores locais. (ibid). Esse número elevado de pessoas na região impactou políticas públicas essenciais da região como a saúde, educação e segurança pública.

5.2 Aspectos da política educacional da EJA em Marabá.

Para melhor compreensão, de como o fator orçamentário público, pode contribuir além de forma de planejamento das ações governamentais que possam endossar as políticas educacionais do município, podemos ver de que como o município se organiza na utilização de seus recursos oriundos de tributos ou repasses através de instrumentos de controle orçamentário para determinados fins, como a Plano Plurianual (PPA) , a Lei de Diretrizes Orçamentárias(LDO), e a Lei Orçamentária Anual(LOA), é importante aqui alguns esclarecimentos acerca de cada componente a questão.

O PPA, foi instituído pelo decreto 2829\1988, tem como função principal fixar diretrizes, objetivos, metas dentro da administração pública, no esforço que esses recursos possam garantir a políticas públicas necessárias para o desenvolvimento local que podem ter a duração como plano de médio a longo prazo, já a LDO, se subordina ao PPA com validade de 1 ano, define metas a serem cumpridas no ano seguinte, tem função regulamentadora da legislação tributária para a política de desenvolvimento (OLIVEIRA 2009). Percebemos também a importância da lei para o processo de desenvolvimento democrático de tomada de decisões das esferas de governo.

A LOA, tem como função realizar a estimativa das receitas públicas como instrumento democrático deveria ser realizado com todas as secretarias, dando visibilidade quanto aos recursos públicos e sua destinação, fixando despesas para o exercício financeiro para determinado governo. De extrema importância, a LOA, prevê os gastos públicos nas áreas de seguridade social e investimentos para o ano seguinte na orientação e aplicação planejada dos recursos públicos. Podemos considerar esse conjunto de instrumentos para o exercício de uma administração pública transparente e democraticamente construída, no combate aos desperdício do erário público.

A Partir deste ponto, podemos passar para a análise que caracteriza a região, tendo em vista os investimentos realizados por meio das políticas públicas em específico a cidade de Marabá, levando ainda em consideração a formação e o crescimento populacional desordenado a partir da implementação do Projeto Grande de Carajás de 1980 (PGC), apontaremos no momento, os impactos referentes a educação básica na região, e como esses impactos dificultaram o combate do analfabetismo da região, causando impactos que se refletem nos dias atuais

Sobre isso, podemos apontar algumas iniciativas financeiras na área da educação para a formação de mão de obra que parte desses alunos residentes em Marabá são oriundos das classes mais pobres dos centros urbanos, vindos do campo, agricultores ou filhos de agricultores, das regiões ribeirinhas, que migraram para as áreas urbanas, no intuito de complementar seus estudos, e por diversos fatores não conseguiram cursar o ensino fundamental na idade certa, buscaram o ensino de jovens e adultos na perspectiva, também, de inserção no mercado de trabalho local, procuram cursos profissionalizante ofertados, pelo SESI, SENAI ou SENAC, cujas sedes se localizam na cidade atualmente. Conhecido como sistema S⁴⁸, contribui para o ensino técnico operacional, ofertado para quem possui no mínimo o ensino fundamental completo, tem sua demanda direcionada para a mão de obra local.

Eventualmente, a busca pela educação de jovens e adultos na região de Marabá supriu diversos aspectos da vida dos indivíduos, não somente a alfabetização, desta maneira,

⁴⁸ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).Fonte: Agência Senado, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>, data de acesso, 23/03/2021

mesmo que as políticas educacionais atendam ao conceito de empregabilidade do mercado, podemos indicar que apesar dos números positivos de vagas disponíveis não se sabe ao certo quantas delas são preenchidas por alunos provenientes dessa modalidade.

Por outro lado, não deixa de simbolizar para o indivíduo uma forma de emancipação financeira pelas vias de acesso aos saberes que a escola disponibiliza em suas dimensões. Mesmo que, o nível de seletividade do mercado de trabalho local, delimite a emancipação para boa parte dos alunos egressos da modalidade da EJA, sempre existirá uma parte significativa dos concluintes que dificilmente chegará a alcançar a ocupação formal no mercado de trabalho, por enfrentarem diversas dificuldades e preconceitos estruturais.

De outra forma, através dessa política educacional, o indivíduo pode complementar seus estudos, mesmo fora da idade certa, e acessar outros níveis de escolaridade, a exemplo os cursos superiores e seus respectivos programas. De acordo com a página do SINE da cidade de Marabá, 10.436 empresas estão credenciadas para a oferta de vagas no mercado local, que disponibiliza vagas para pessoas com escolaridade do ensino fundamental, médio e superior.

A administração orçamentária dos gastos públicos, obtiveram avanços consideráveis com novas práticas introduzidas com ampla participação dos poderes, estabelecendo programas de descentralização orçamentária. A complexidade da organização orçamentária brasileira pode ser compreendida sob alguns aspectos da Lei Incessante das Atividades Estatais (Lei Wagner), onde temos um Estado que controla a receita tendo como razão o crescimento das despesas públicas.

A lei complementar de 2000 sobre a Responsabilidade Fiscal (LRF) nº. 101/2000 inclui mecanismos de transparência fiscal e controle social dos gastos públicos, com o objetivo de assegurar e formalizar o compromisso dos governantes e a participação da sociedade organizada no gerenciamento dos recursos públicos, dando visibilidade social ao orçamento da União, destino e aplicabilidade.

Diante disso, foram criadas o Ministério Público (M.P) e Tribunal de Contas da União (T.C.U), com maior participação e transparência sobre compras e licitações, provisões e gastos em serviços públicos como controle externo do orçamento do Estado, e a Controladoria Geral da União (C.G.U), no controle e transparência interna dos gastos representou um marco, no que diz respeito à questão orçamentária brasileira como um todo, onde o cidadão tem acesso a dados e valores investidos em determinados setores.

Simultaneamente, outros mecanismos desenvolvidos no governo Lula, também deram autonomia e transparência ao orçamento público, como programas de capacitação dos

gestores e mais abertura ao controle social das contas públicas como a formação do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC) e a Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (CNTSS), com mais de 830, conferências realizadas, criando um marco significativo sobre o controle orçamentário público.

Bem como, outro aspecto relacionado às políticas públicas educacionais desenvolvidas por cada ente federativo, que diz respeito aos gastos fixos que os governos locais. Segundo Trindade (2008), a relação entre orçamento público e política pública, ocupa um papel significativo na articulação e implementação das políticas educacionais, mesmo que elas ainda cumpram sua função de reprodução do capital na sociedade.

Desta forma, entende-se que o Fundo público desempenha, uma função garantidora das políticas assentadas por lei maior⁴⁹ (CF/1988), passando a ser um mecanismo da gestão administrativa e financeira local dos recursos destinados ou vinculados a uma finalidade, na execução de programas atrelados ao fundo, como os recursos do FUNDEB no município de Marabá. Isto é, as políticas educacionais municipais dependem de uma rede de informações disponibilizada pelo estado e municípios no cumprimento e prestação de contas dos orçamentos. Ainda aduz o autor, como fator preponderante, que exista a necessidade dos mecanismos tanto de transparência quanto de fiscalização acerca desses recursos. Logo que o Fundo Municipal⁵⁰ passa a concentrar recursos predestinados para a realização de atividades e implementação e manutenção de projetos já existentes. (ibid).

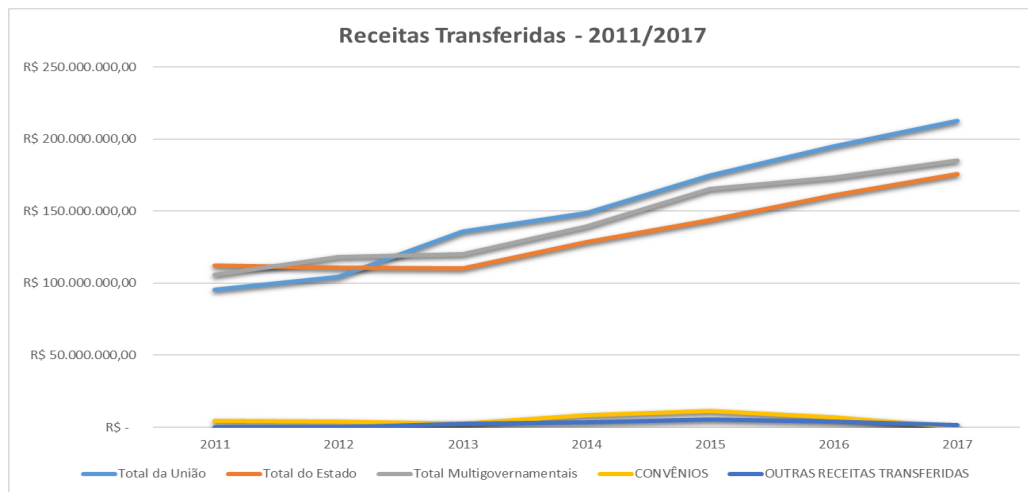
Diante desse aspecto, o autor pontua, para além das questões orçamentária e gestão pública dos recursos, como que a legitimação do Estado, para o controle social da população está atrelada diretamente ao uso de recursos oriundos da arrecadação municipal. (TRINDADE 2008 pág.141). Entende-se assim, que no processo de implementação das políticas educacionais, desenvolvido pelos governos locais, acompanham a lógica do modo de produção capitalista, logo, a política educacional assume o mesmo viés.

Considerando a construção das políticas educacionais mediante aos repasses fiscais podemos acompanhar o número de repasses realizados pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) na cidade de Marabá, entre 2011 a 2017, do município de Marabá, cujos números apontam para os valores destinados à educação local.

⁴⁹ Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.

⁵⁰ Os Fundos Municipais são fundos especiais previstos no art. 71 da Lei Federal nº 4.320/64, criados para abrigar contabilmente as receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços.

Imagem 2: transferências do FUNDEB para Marabá.2011/2017



Fonte : <https://transparenciafacil.maraba.pa.gov.br/2011-2018/>

Podemos ainda observar com mais atenção alguns aspectos do financiamento das políticas educacionais no município e suas devidas participações. As linhas em destaque de cores, podemos observar os níveis de investimentos de cada ente social, como União Estado, recursos multigovernamental, convênios e outras receitas transferidas que no ano de 2011 são repassados \$100 milhões, com duplicação desses mesmos valores em 2017.

Já os valores disposto no mesmo período para o município com a participação de convênios e outras receitas transferidas ao município mantém o mesmo patamar de 2011, abaixo de 50.000.000,00, esse valores não são discriminados pelo site da prefeitura no que tange sua origem. Esses repasses segundo o portal transparência pagamento, são recursos destinados ao transporte escolar, manutenção dos espaços escolares e folha da educação.

Esses valores são bastante significativos repassados ao município de Marabá quando olhamos os valores da união e Estado, porém a administração pública não torna claro nas tabelas que se seguem nos anos posteriores a 2011. Os dados iniciais demonstram um investimento destinado às políticas educacionais, por parte da União entre o período de 2011 a 2018, foram gradativos mantendo a elevação de recursos desde 2003, sendo que esses repasses são incluídos pelo LDO do Município, como recursos distintos do FUNDEB. Podemos esmiuçar com dados disponíveis no Portal transparência do Município dos primeiros 3 meses de 2018 e 2019 dos repasses realizados no município de Marabá..

Tabela 8: Repasses do FUNDEB 1º Trimestre em 2018 para o município de Marabá

VALORES REPASSADOS EM 2018	MÊS
3.687,474,55	02
1.151.32,68	02
1.291,73	03
918.083,93	03
1.868,166, 67	03
334.141,13	03
2.9967.525,81	03

Fonte: <https://transparenciafacil.maraba.pa.gov.br/2011-2018/>

Podemos identificar, fazendo uma comparação entre as duas tabelas dos trimestres iniciais dos anos respectivos que, embora os investimentos estivessem no patamar de 100 milhões em níveis da união estado e município, esse investimentos pouco se reflete nos anos de 2019, apresentando uma queda no ano seguinte.

Tabela 9: Repasses do FUNDEB 1º Trimestre em 2020 para o município de Marabá

VALORES REPASSADOS EM 2020	MÊS
1.392.776.27	02
768.66	02
1.877.865.05	03

Fonte: <https://transparenciafacil.maraba.pa.gov.br/2011-2018/>

Em análise, entre as duas diferenças dos valores repassados um antes e o outro durante a pandemia, os comparativos do primeiro trimestre de ambos os anos denota a queda de investimentos na educação, seja por conta da lei do Teto de Gastos (EC nº. 95/2016), ou por conta da pandemia que implicaria no fechamento das escolas a partir de março de 2020, que afetaria diretamente no orçamento destinado à educação na região. Contudo, houve outros cortes significativos, segundo o Senado brasileiro, que dizem respeito a 1 bilhão para 2021 na educação, afetando todas as políticas educacionais implementadas desde 2003.

Segundo nota oficial de Julho/2020 sobre a participação do Governo do Estado do Pará, que representa entre 40% a 60% no investimento da educação no estado algumas ações foram tomadas como uma Carta Pública em defesa do FUNDEB, assinada por outros 19 governadores, em oposição a proposta do atual governo de utilizar parte da verba da educação para futura sustentação e implementação do Programa Renda Brasil, programa esse, destinado a substituição do Bolsa Família.

5.3 Alguns aspectos da Política local de geração de empregos.

De acordo, com Giovanni(2009), às políticas públicas sofrem interferências de outras áreas da administração pública, em suas formulações e adaptações no decorrer de todo processo até sua implementação, alterando em partes ou no todo do projeto original, configurando em ciclo. Esse ciclo pode ser entendido em sua primeira fase de: avaliação das políticas, formação de agendas, formulação ou adaptação, processo de tomada de decisões, implementação, iniciando uma nova avaliação retomando o ciclo.

Em consideração aos aspectos que relacionam a educação e o mundo do trabalho, pode-se traçar um paralelo entre dados disponíveis no site da SEDUC-PA, anteriores "somente no ano de 2016, foram 54.837 jovens e adultos matriculados no ensino Fundamental e Médio, em 243 escolas que oferecem a Educação para Jovens e Adultos", segundo dados do SINE Marabá.

Por outro lado, de acordo com informações extraídas das reuniões entre vereadores da Comissão de Trabalho Indústria, Comércio, Agricultura e Economia da Câmara Municipal de Marabá, realizada em 2019 e os representantes da Associação Comercial de Marabá (ACIM) e do SINE⁵¹, disponível no site da prefeitura, reuniram-se para promover o debate acerca da ampliação de vagas pelas redes atacadistas de hiper, supermercados e "atacarejos".

Essa reunião também tinha o intuito da Câmara de Vereadores dialogar com as empresas sobre alguns aspectos específicos das dinâmicas sócio econômicas da cidade, para que as empresas pudessem minimamente inserir-se na comunidade de forma que sua implementação gerar impactos positivos, tanto para a sociedade como para a economia local com a abertura de novos postos de empregos.

⁵¹ O site oficial do Sistema Nacional de Emprego SINE. foi substituído pelo site privado TRABALHA BRASIL. ligado ao Ministério da Economia do então governo do Presidente Jair Bolsonaro(N.A).

Segundo informações obtidas ainda no site da prefeitura, apontava que a grande maioria das empresas optou por fazer sua seleção por conta própria de seus futuros funcionários, estabelecendo suas próprias regras de ocupação de vagas sem a interferência do governo local, é importante ainda entender por parte do empresariado que migra para a região, que a dinâmica territorial de Marabá possui características específicas sendo necessário a compreensão sobre e o processo sócio e econômico da cidade.

Cabe também pontuar que quando se fala de um processo seletivo para obtenção de mão de obra para o mercado local, pouco se fala em absorver a mão de obra oriunda da eja, já que as empresas colocam determinadas qualificações e exigências que vão além da formação da modalidade, podendo ser observado através do portal de empregos SINE, ligado a prefeitura.

Segundo ainda o portal informativo da prefeitura de Marabá, e de acordo com as declarações de Eugênio Alegrete, representante da ACIM, mesmo com as indústrias atuando na cidade, o saldo ainda era negativo de vagas de emprego formal, muito por conta de contratação de mão de obra externa, ou seja, são indivíduos prestadores de serviço para essas empresas, que vem para a região para cumprirem um determinado período de contrato, de 1 ou 2 anos, depois, são descontratados por essas mesmas empresas. Esses desempregados externos continuam na região mesmo ao final de contrato, juntando-se aos desempregados locais, que por motivos diversos e específicos continuam à margem dos subempregos na região afetando outros setores de atendimento social da cidade.

Em contrapartida, segundos dados do SINE de Marabá, são 33 mil desempregados na região de Marabá e 19 mil recebendo seguro desemprego, muito por conta das empresas que disponibilizam números pequenos de vagas, para cargos de até 1 salário mínimo, para pessoas do nível médio e superior com acúmulo de funções, quanto aos cargos de níveis superior e de chefia não entram no sistema do SINE.

Segundo noticiado pelo portal do município, Marcos Andrade, representante do SINE/ Marabá, sobre os incentivos fiscais solicitados pelas empresas como contrapartida para as futuras vagas disponibilizará ao município, o governo local solicita as empresas, mediante recomendações, que as mesmas deem prioridade para a contratação de pessoas com domicílio eleitoral em Marabá, deixando claro a preferência, entre que nascido no município, em detrimento de quem tem moradia temporária na cidade ou região, com isso, o que se tem disponibilizado como vagas para ocupação imediata são somente funções que não seja exigido curso superior, mas pede-se em alguns casos grau técnico, já os cargos de chefia geralmente são destinados aos funcionários da empresa que já atuam.

Segundo um dos vereadores da cidade, Ilke Morais, que fez a declaração ao portal de notícias do município, essa relação entre município e as empresas, poderia favorecer e potencializar a empregabilidade dos alunos do EJA de ensino médio, sem formação técnica, para que acessem as vagas, porém há discordâncias em alguns aspectos.

E ainda sobre a geração de vagas de empregos na cidade, esse vereador cobra mais transparência com relação aos dados disponibilizados pela Companhia Vale e outras empresas, relacionado ao número real de contratações e seus critérios, e o número real destinado ao município, sobre a falta de um cronograma de investimentos da empresa na área social, e de repasses para a prefeitura entre outras questões de cunho administrativo.

Sobre esse aspecto limitador de vagas de emprego no município e na região, podemos apontar o fluxo contínuo migratório na região, Pereira (2016), aponta diversos problemas da então Companhia Vale, na organização e contratação de mão de obra na região, e como os trabalhadores locais tentam se organizar da forma que garantam seus postos em detrimento daqueles que vêm de outras regiões do país gerando conflitos socioculturais.

Outro aspecto que precisa ser pontuado, embora não seja o foco principal da pesquisa, é importante ressaltar outras formas de seleção para o mercado local além das disponibilizadas pelas empresas em seus critérios específicos, além da formação educacional, tem haver com o gênero e a idade dessa massa de trabalhadores, o que pode dar destaque a EJA em alguns aspectos neste trabalho. Evidencia-se esse aspecto a partir dos dados do Censo do IBGE de 2010, sobre a empregabilidade por idade e por sexo no mesmo período.

Tabela 10: relação idade e emprego.

FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS
25 a 29 anos	17.632
30 a 34 anos	15.128
35 a 39 anos	12.006
40 a 44 anos	9.632
45 a 49 anos	7.531
50 a 54 anos	5.469
55 a 59 anos	4.007
60 a 69 anos	3.390

70 anos ou mais

894

 Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/pesquisa/23/22957>

Sobre a primeira linha da tabela acima em destaque, e a existência de percentual superior de vagas de emprego ocupadas pela faixa etária mais jovem aponta com nitidez que a idade faz uma grande diferença para o processo seletivo de empregos local. Podemos analisar, as duas últimas linhas da tabela referentes a idade e vagas, se levarmos em consideração que essa faixa etária entre 60 a 70 anos talvez esteja na possibilidade de ter rendas oriundas da aposentadoria, o que não as impediria de ter empregos não formais para a complementação de renda familiar. Já as faixas de 45 a 59, estão muito abaixo dado que nessa idade encontram-se indivíduos que possivelmente tenham maior experiência no mercado de trabalho, mas aparentemente são os que estão também fora das exigências para a ocupação de uma vaga de emprego, isso denota que a seletividade do mercado exclui pela idade.

Sobre os aspectos de gênero na ocupação de vagas na cidade, podemos observar através da tabela logo abaixo.

Tabela 11: Relação entre gênero e emprego

GÊNERO	NÚMERO DE EMPREGADOS
Masculino	62.502
Feminino	40.695

 Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/pesquisa/23/22957>

Nota-se, que diante desse aspecto regional, o sexo feminino continua em desvantagem, na ocupação de vagas de emprego. E por fim, temos os aspectos relacionados à educação e a ocupação remunerada. E que esses números acompanham dados nacionais do IBGE do estudo e estatísticas de gênero de 2019 que só 54% são ocupadas por mulheres e dos homens é de 73%. Isso pode ser ainda mais desigual se colocarmos mulheres com filhos, ou sem filhos, que é de 64%. Ou seja, na ocupação dos espaços no mercado de trabalho as mulheres continuam em desvantagens. Fruto de uma construção social ou imposição do capitalismo?

Esse processo de seleção do mercado acaba por empurrar ainda mais para a informalidade ou subempregos mais mulheres que homens, pois os resultados segundo o mesmo estudo são inversos, quando apontam homens que ocupam vagas no mercado de

trabalho e que possuem crianças em domicílio chega a 89,2 %,2 de ocupação, superior até mesmo aqueles que não tem crianças em domicílio que é de 83,4 %.

Tabela 12: Relação de formação escolar e emprego.

FORMAÇÃO	NÚMERO DE VAGAS DE TRABALHO OCUPADAS
Sem instrução e fundamental incompleto	58.549
Fundamental completo e médio incompleto	13.216
Médio completo e superior incompleto	8.891

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/pesquisa/23/22957>

Tanto no Brasil, como na América latina o alto índice de desemprego empurram o indivíduo a má remuneração mesmo que estes tenham grau de instrução elevada, muito embora ocorra também a predominância de vagas no mercado formal que exijam baixa escolaridade e um certo grau de experiências no ofício. Nesse contexto de empregabilidade no recorte de educação, gênero e idade, em que momento as possibilidades de alunos egressos da eja ocuparem os espaços no mercado de trabalho são favoráveis?

Em linhas gerais, seria necessário um aprofundamento maior nesse aspecto relacionado à educação, gênero e idade, para ser traçado com mais detalhes sobre a relação do mercado e trabalho na região e esses componentes que fazem parte também de características similares para, que se entenda o processo e a inclusão da eja como possível mecanismo de inserção do mercado de trabalho e inclusão social, as inquietações despertadas por dados tão próximo a realidade, de muitos indivíduos coloca em discussão até que ponto a eja, contribui tanto para o acesso ao mercado de trabalho?

Considerando esses dados públicos, sobre a situação do mercado de trabalho local podemos identificar, e até mesmo pontuar, alguns aspectos socioeconômicos de marabá e a absorção de mão de obra como: os espaços destinados para quem possui escolaridade de ensino fundamental e médio; os espaços destinados para quem possui escolaridade superior e opções de cargos de chefia; a dicotomia estabelecida de quem é “da terra e que não é”; apontada tão bem por Pereira (2016), o desconhecimento das empresas com relação às dinâmicas territoriais e migratórias da região entre outros aspectos.

Consequentemente, a falta de disponibilização de vagas por parte das empresas para os moradores locais se dá muito pelo grau de escolaridade que grande parte da população tem. Considerando os últimos dados do IDEB (2019), relacionados ao número de matrículas, podemos notar uma distância considerável daqueles que ingressam no ensino fundamental, mas os mesmos números não refletem sobre os ingressos no médio, podendo ser refletido no número de subcontratações no mercado informal local, de acordo com a prova Brasil.

Podemos ainda observar dados do IBGE 2010, relacionados aos municípios em torno da cidade de Marabá aspectos, quanto ao processo educacional quanto ao número de vagas ofertadas disponibilizados para região, e que podem influenciar em outros aspectos socioeconômicos em Marabá.

Tabela 12: percentuais de número de matrículas na região.

MUNICÍPIO	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
Curionópolis	5,3 (2017) e 5,4 (2019)	4,0 (2017) e 4,4 (2019)
Canaã dos Carajás:	5,0 (2017) e 5,1 (2019)	3,6 (2017) e 4,2 (2019)
São Domingos do Araguaia	3,9 (2017) e 4,0 (2019)	3,0 (2017) e 3,3 (2019)
Redenção:	4,8 (2017) e 5,9 (2019)	3,9 (2017) e 4,0 (2019)
Tucuruí	4,6 (2017) e 4,7 (2019)	3,6 (2017) e 4,0 (2019)

Fonte IBGE

Sobre esses dados mais amplos relacionados à educação básica, em torno da cidade de Marabá, podemos entender que mesmo com o crescimento no número de matrículas entre 2017 e 2019, ainda persiste número expressivo de analfabetos na região, segundo dados do IBGE. A comparação com os outros estados da federação, o estado do Pará ocupa a 12ª posição no ranking nacional com 750 mil paraenses analfabetos, correspondendo a 8% da população brasileira, em 2017.

Segundo a mesma pesquisa, o que necessitaria de um estudo a parte sobre a questão de gênero. Segundo a SEDUC/PA, no mesmo período da realização da pesquisa, 19 mil paraenses estavam em processo de alfabetização em todo o estado, ou seja, pouco mais de 2% da população paraense.

Isso denota o tamanho da importância das políticas educacionais relacionadas a educação de jovens e adultos, o PBA, que como ferramenta política não serve somente para assegurar o direito a uma educação pública e de qualidade, também abrange uma infinidade de outras possibilidades que vão além da premissa inicial deste trabalho, abrange a dignidade humana acima de tudo. E a EJA pode ser vista como um instrumento importante no que tange ao mercado de trabalho, e a inclusão social das camadas mais pobres da sociedade.

5.4 Impactos da pandemia na educação na EJA.

Os reflexos da pandemia na educação de jovens e adultos foi o agravamento do descaso com a modalidade, que historicamente foram objetos de políticas educacionais compensatórias, e de conteúdo reproduzia o modelo escolar infantil, diante desse ponto e com o avanço da pandemia muito se perdeu na educação de jovens e adultos.

Desde os primeiros casos de Covid-19, mais de 1.5 bilhões de estudantes no mundo todo tiveram suas aulas suspensas segundo dados de 2020 do Banco Mundial. No Brasil, como em quase todo o mundo, os países optaram pelo fechamento total das escolas, tanto públicas quanto privadas, na tentativa de reduzir as contaminações e o risco, para os alunos e seus familiares.

Diante disso, várias ações passaram a ser tomadas, não somente com os cuidados sanitários, mas com a tentativa de amenizar as faltas de aulas. Os desníveis no aprendizado e a melhor forma de avaliar os alunos, transformaram-se em um imenso desafio para toda comunidade escolar em todos os níveis de aprendizado.

Esse aspecto da pandemia abrangeu todos de fato, porém os impactos sobre a educação foram mais profundos para a população mais pobre, desprovida de recursos financeiros e tecnológicos em comparação com alunos da rede privada. Embora os estados tenham tentado programar aulas remotas para os alunos, mas sem muito sucesso, dado que existem a falta de recursos de ambos os lados: estado e população. Vale lembrar que desde 2016 a Emenda Constitucional nº 95, limitou os investimentos no setor por 20 anos, ou seja, a educação já vinha sofrendo cortes em todas as áreas.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), de 2018, já viriam com cortes ainda mais profundo na educação sendo 24% a menos na educação, segundo dados do BM, prejudicando o PNE, e o FUNDEB, cujo repasse ficava detalhado que a cada R\$ 10 reais investidos na educação somente R\$ 2 reais fica sob a responsabilidade da União, e o restante fica a cargo dos Estados e municípios, com recursos oriundos do impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS). Isso significa que a PEC/55, veio aprofundar ainda mais as desigualdades em todos os setores, principalmente na educação, somado a pandemia mundial de 2019, podemos prever retrocessos significativos nas políticas educacionais.

Outro fator que importante que deve ser levando em consideração sobre as dificuldades da modalidade bem como o desenvolvimento da educação de jovens e adultos, foi a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em fevereiro de 2019, que tem por base o modelo de avaliações externas não levando em consideração os aspectos específicos de quem recorre a essa modalidade, essa ação também faz parte da nova política educacional neoliberal, e o desmonte da educação pública, embora a pandemia tenha exposto ainda mais os problemas de corte na área da educação a modalidade é a que mais vem sofrendo o silenciamento tanto no que tange seu papel como possível mecanismo de inclusão no mercado de trabalho.

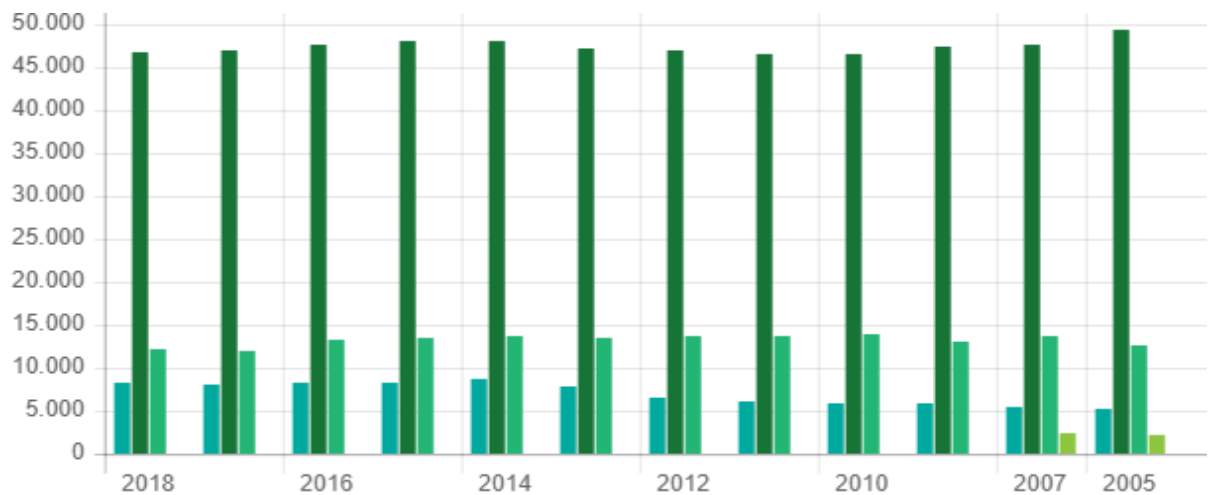
Ademais, novos desafios foram impostos pela situação pandêmica, várias ações estratégicas começam a ser colocada em pauta para a princípio pela Educação Básica, como: uma possível volta às aulas; a tentativa em se combater a defasagem, a evasão e o abandono escolar; a relação entre família e escola, cada vez mais estreitadas e a adaptação tecnológica que suscitar novos debates na comunidade escolar, outras ações foram necessárias mediante a problemática, como kits pedagógicos e a doação de cestas básicas para alunos das redes públicas que estavam regularmente matriculados ou com cartões de alimentação, que foram estendidas posteriormente a alunos da eja.

Portanto, podemos traçar uma linha temporal na evolução do crescimento de matrículas na região de Marabá, antes da pandemia para termos uma noção básica da evolução da políticas na educação de jovens e adultos, para a diversificação de oportunidades colocada à disposição da pessoa que procuravam concluir seus estudos na região esse números de matrículas refletidos no gráfico 1, possam ter sido reflexo das políticas pública implementadas para a facilitação de conclusão dos estudos como o ENCCEJA (O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) constituída por uma prova nacional de calendário fixo, através do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Tal instituto foi criado em 2002, pelo Governo Federal, objetivando a avaliação do conhecimento dos alunos através de exames que flexibilizaram a participação nas salas de aula. Portanto, o aluno trabalhador teria condições mais rápidas e flexíveis de concluir seus estudos sem necessariamente estar em uma sala de aula todos os dias. O mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e seletivo, exigia do aluno rapidez na obtenção de sua certificação.

Diante disso, podemos observar alguns aspectos representados nos dados a seguir.

Gráfico 1. Número de matrículas entre 2005 /2018 em Marabá



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/panorama>

Segundo os dados expostos na imagem, antes do período pandêmico, a educação básica na região vinha de um processo gradativo de crescimento em função das políticas educacionais na região no combate ao analfabetismo. Mantendo-se em um patamar contínuo de ofertas de vagas em um período de mudanças significativas nas políticas educacionais brasileiras. Essas mudanças correspondem ações de apropriação de novas tecnologias como adequação dos currículos nacionais com a ampliação de políticas educacionais e maiores investimentos até 2014, a partir desta data, fundamentos metodológicos e ideológicos começaram a questionar todo o processo educacional brasileiro, assim como os gastos destinados à educação.

Tabela 13: identificativa do a imagem do gráfico por cor.

Matrículas (Unidade: matrículas)
Pré-escolar
Ensino fundamental
Ensino médio,
Tabela demonstrativa do autor

Considerando que o ensino médio no Brasil como base, para complementar as discussões e o maior índice de crescimento registrado em 2019, antes da pandemia da covid-19 e do fechamentos das escolas observando dados do IDEB como principal instrumento indicador de qualidade na educação brasileira O que inegavelmente, mesmo tendo cumprido a meta de 2019, os dados referentes a esse ano que estando muito próximo de atingir a meta nacional de 2021. De acordo com as metas estabelecidas pelo Município de Marabá, os dados referentes aos anos iniciais do ensino fundamental, mostram que o município ainda tem uma longa tarefa para adequar a esse período de pandemia e pós pandemia.

Ressalta-se que há uma série de diferenças educacionais quando analisados os dados regionais, estaduais e municipais. Na Região Norte, apenas 36,4% dos municípios atingiram a meta para a rede pública, que concentra a maior parte das matrículas na etapa de ensino. O que significa que cerca de seis a cada dez municípios não atingiram a meta. Na região de Marabá apenas 4,9% das redes públicas de ensino do município conseguiram cumprir a meta programada segundo dados do IDEB.

Neste sentido, segundo o observatório do terceiro setor⁵², os impactos da pandemia, a educação de jovens e adultos será uma das mais afetadas, tanto em decorrência da evasão escolar quanto pela falta de investimentos na modalidade, que já vinha sofrendo com os cortes nas políticas educacionais desde 2016 (EC nº. 95/2016), considerando ainda tal observatório, que tem relação com o uso e o acesso das tecnologias bem como a utilização da internet, portanto a pandemia não é o único empecilho para os alunos da educação de jovens e adultos entre os anos de 2019 e 2021.

Considerando o avanço da pandemia, o MEC através da portaria 343/2020, determinava que o modelo de aula virtual se estenda enquanto a pandemia durar, e o Conselho Nacional de Educação reconheceu a problemática do ensino flexibilizando o calendário e horários de acordo com as recomendações da UNESCO (BRASIL, 2020).

⁵² Dados disponíveis em fonte; : <https://observatorio3setor.org.br/noticias/educacao-de-jovens-e-adultos-no-pais-sofre-com-os-impactos-da-pandemia>, Acesso em 25/03/2021

As escolas públicas permanecem fechadas até o momento, com tarefas remotas ou trabalhos pedagógicos entregues aos alunos regularmente matriculados. A EJA, permanece suspensa pois parte de seu alunado corresponde a faixa etária mais propensa ao contágio do vírus, os impactos desse um ano sem aulas é considerado sem precedentes por especialistas do mundo todo, afetando toda comunidade escolar alunos profissionais a educação, e família, assim outros campos de saberes, como os cursos superiores e a área da pesquisa de campo, essencial para a geração de dados mais significativos.

Além da educação, os impactos da pandemia em efeito cascata possivelmente atingem a economia e impossibilita a ampliação de vagas no mercado local, a distribuição de renda, a luta pela diminuição das desigualdades sociais.

Guardada as devidas proporções diante desse cenário que vem se agravando na implementação de cortes na educação e desmonte de projetos educacionais como o PBA, que inclui educação de jovens e adultos em vários aspectos nos faz pensar que retrocedemos 40 anos em quatro, e esse retrocesso vem se consolidando anterior a pandemia que ainda assola o mundo.

E por fim, um dos aspectos mais evidenciados pela pandemia foi a desigualdade educacional, como a falta de preparação e capacitação dos professores com as novas tecnologias, a falta de estrutura, evidenciando a grande exclusão tecnológica de alunos e professores culminando no abandono escolar na educação básica e na eja, não que essas evidentes disparidades não tenha sido notada anteriormente, mas a pandemia descortinou os abismos estruturais que vivenciamos como prova irrefutável das desigualdades existentes, e que as políticas públicas implementadas até então, precisam de reforços.

Considerações finais.

As inquietações acerca da educação pública no Brasil em especial a modalidade de jovens e adultos, moldada a partir das necessidades do mercado de trabalho, e do capital através de políticas públicas fomentadas pelo Estado, como um processo de conquista de espaços, de conquista social na inclusão de indivíduos para sua autonomia no mercado de trabalho, a partir das políticas públicas implementadas como direito social, fazendo com que essas conquistas refletem diretamente na sociedade positivamente, possibilitando a compreensão de si e do mundo.

Podemos levar em consideração, a partir de uma síntese de compreensões acerca da eja, de acordo com a Lei Federal, 9394/96 (LDB), dá oportunidade não só para alfabetização mas oportunidade de inclusão social por meio da escolarização, trazendo dignidade humana, além de possibilitar como possível mecanismo de inserção para o mercado de trabalho, além desse processo de ensino e aprendizado que permite ao indivíduo a apropriação de conhecimento a EJA, permitindo sua inclusão social.

E como parte desse processo, a inserção no mercado de trabalho deveria complementar esse ciclo de aprendizado, o que mostra a relação estreita entre a educação de jovens e adultos e trabalho, e o mercado capitalista, para além das expectativas do aluno trabalhador, também diz respeito a dar oportunidades para pessoas que vende sua força de trabalho por conta das desigualdades nas quais estão inseridas, para enfim esse força seja utilizada alienadamente na construção de riquezas privadas e para o acúmulo de capital das classes dominantes.

Por outro lado, o salário como produto do esforço empenhado na tarefa realizada conduz à apropriação de um direito comum, a aquisição de produtos para consumo bens e serviços dos quais o acesso torna-se cada vez mais restrito. Em suma, o ciclo capitalista produz a necessidade de complementação de estudos, assim como afasta os alunos das salas de aula fazendo-os voltar anos depois para a modalidade, que por razões óbvias o atraso escolar é uma das características impostas pelas desigualdades que retardam seus estudos.

Portanto, os desafios enfrentados e novas perspectivas diante do sistema educacional brasileiro, permeado pela lógica capitalista bem como a interação com as políticas educacionais associadas aos interesses do mercado impõe ao indivíduo condições pouco emancipatórias. O conceito acerca da educação, trabalho e mercado de trabalho, e como esses conceitos contribuem para uma melhor compreensão dessa relação permeada de conflitos, considerando as ações do Estado, que se utiliza das políticas públicas não só como ferramenta

de manutenção de poder, mas como ferramenta de negociação com a sociedade para que haja um equilíbrio social. Essa relação, embora conflituosa, de modo algum pode ser separada pela necessidade de caminharem juntas para que se cumpra ambos interesses, ou parte dele.

Podemos inferir, diante desse trabalho que os egressos da eja, e o mercado de trabalho pouco conseguem acessar o mercado formal de trabalho local dada sua formação tardia, que implicaria em estar fora das seleções por conta da idade e a questão de gênero onde as mulheres são as que mais são excluídas, isso sem contar as que estão no recorte étnico racial cujo percentual negativo se aprofunda quanto ao mercado segundo dados do município de Marabá apresentados, portanto esses e outros aspectos que precisam ser aprofundados, através análise reflexiva e quantitativa sobre a eja e suas possibilidades para a formação de mão de obra para o mercado bem como para o processo de inclusão social do indivíduos que a ele recorrem tenha contribuído de alguma forma na ampliação outras perspectivas sobre educação e trabalho.

Dessa forma, precisamos ainda considerar os impactos das mudanças realizadas nas políticas educacionais realizadas a partir de 2016, que implicará em um retrocesso na luta no combate ao analfabetismo no Brasil, no acesso a direitos fundamentais e no processo de desenvolvimento social, econômico e culturais individuais e coletivos, com a extinção de programas importantes que faziam parte do PBA. Ou seja, são inúmeras frentes de debates e discussões do ensino e do papel real da eja como política pública na atualidade.

Para isso se faz necessário aprimorar e ampliar o trabalho exposto considerando as diversas possibilidades e dificuldades no percurso de seu desenvolvimento, como a pandemia por exemplo, apontar acréscimos e novas sugestões que enriqueçam a iniciativa inicial que permeou até então o estudo, bem como uma possível continuação das pesquisas aqui iniciadas para um melhor entendimento e aprofundamento acerca da relação entre a eja e mercado de trabalho abrangendo outros aspectos não tão bem aprofundados, mas que merecem maior atenção e profundidade quanto a papel importante que ocupam como processos sociais em um mundo cada vez mais seletista e a eja precisa de novos direcionamentos como reformulações de leis, currículos e formação de educadores bem como material didático que possam espelhar a realidade e a complexidade do mundo do trabalho no qual a educação se propõem a preparar a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALMEIDA, Adriana de; CORSO, Angela Maria, **A educação de Jovens e Adultos**; Aspectos históricos e sociais, Rio de Janeiro, Unicentro, 2015

ALMEIDA, José Jonas, **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos, governamentais**, São Paulo, USP, 2008

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **Representações sociais**: aspectos teóricos e aplicações à Educação. Em Aberto, Brasília, ano 14, n. 61, p. 60-78, jan./mar. 1994. Republicado pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro 2008

AMORIM Franciel Coelho Luz de, A “**teoria da complexidade**” de Edgar Morin e suas implicações às políticas educacionais do Estado brasileiro para a educação do campo, *Temporalidades, Revista de História*, 2019, Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/13532/12192> data de acesso 31/03/2021

ANTUNES, Davi. **Capitalismo e desigualdade. Campinas**: (tese de doutorado) IE/UNICAMP. Cap2 - pp. 57-134, 2011

AVRITZER, Leonardo. **Impasses de da democracia no Brasil**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016

BARBOSA, Clóvis, **Situações de opressão e emancipação**: tendências amazônicas e mundiais, UFPE, 2013

BESERRA, Valesca, BARRETO, Maribel Oliveira, **Trajatória da educação de Jovens e Adultos**; histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos,

BOMENY, Helena. **Quando os números confirmam impressões**: desafios na educação brasileira. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

CASEIRA, Veridiana, PEREIRA, Vilma Alves, Rio Grande, FURG, 2015

CERQUEIRA, Teresa Cristina Siqueira, **Representações Sociais da escola**: percepção de professores de escolas públicas do Distrito Federal, EDUCERE, 2011

DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de Políticas Públicas**, 2ªed. São Paulo, Fundap; UNESP. 2015

DOMBOSCO, Cristiane Teresa, **A legislação educacional e o conceito de qualidade na educação de jovens e adultos**: princípios e orientações, UNICAMP, 2012

DURKHEIM, Émile. **O que é fato social?** In: *As Regras do Método Sociológico*. Trad. por Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6.a ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.

FEIGEL, Zilda, **Educação de Jovens e Adultos e construção da cidadania**, Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996

FERNANDES, Florestan, **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**, Rio de Janeiro, Zahar, 1972

_____, Florestan, **A revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

FONSECA, Ana; FAGNANI, Eduardo. **Políticas Sociais, desenvolvimento e cidadania.** Economia e distribuição de renda, e mercado de trabalho. Vol São Paulo: Fundação Perseu Abramo 2013

FOUCAULT, Michel, **Em defesa da sociedade**, São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da Autonomia**, saberes necessários à prática educativa, São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

_____, **Conscientização: teoria prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo, Centauro, 2001

GADOTTI, Moacir, **Educação de Adultos como Direito Humano**, USP, EJA EM DEBATE, Florianópolis, Ano 2, n. 2. Jul. 2013.

GENTILI, Pablo **Política educacional, cidadania e conquistas democráticas** (org.) – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

GIOVANNI, G. **As estruturas elementares das políticas públicas**, Campinas , UNICAMP-NEPP. 2009

GONSALVES, Renaldo A. **Educação e Estruturas Políticas: Uma análise comparada**. 2013. disponível em: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/eitt/xi-ciclo-renaldo.pdf>, data de acesso 08/04/2021.

GOUVEIA, Daniele da Silva Maia, SILVA, Alcina Maria Testa Braz da, **A formação Educacional na EJA: dilemas e representações sociais**, Revista ensaio, Belo Horizonte, 2015

GRAMSCI, Antonio **Os intelectuais e a organização da cultura**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

HADDAD, Sérgio, DI PIERRO, Maria Clara , **Aprendizagem De Jovens E Adultos**, avaliação da década da educação para todos, São Paulo, São Paulo em perspectiva 2000.

IRELAND, Timothy, **Desafio da universalização da alfabetização**, UFB, UNESCO, 2015, disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/brz_ed_EFA_report_Timothy_Ireland_presentation_pt_2015.pdf, data de acesso 08/04/202.

KELLER, Lenir, BECKER, Elsbeth Léia Spode, **A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**, Rio Grande do Sul, UFN, 2019

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, J.F de; TOSCHIS. (Org) **Educação escolar políticas, estruturas e organizações**, São Paulo Cortez, 2012

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____, **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática**. 2 ed. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2005.

MARTINS, José de Souza, **Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**, Petrópolis, Vozes, 2003.

MARX, Carl **O capital**, Boitempo, São Paulo, 2013.

NERI, Marcelo, **A nova Classe Média**, o lado brilhante da base da pirâmide, São Paulo, Saraiva, 2011

NOGUEIRA, Divina Eliane Silva, **Educação de jovens e adultos em uma escola pública no município de Marabá-Pará: desafios e possibilidades**, Marabá, UNIFESSPA, 2018.

OLIVEIRA, Dalila Andrade, **Política educacional: a reestruturação do trabalho docente: reflexões sobre o contexto Latino Americano**, Minas Gerais UFMG, 2007

PEREIRA, Airton, dos Reis, **Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira...** [et al]. 1 ed – Belém,PA: Paka-Tatu.

PEREIRA, Raimundo Miguel dos Reis, **O que essa gente veio fazer aqui?** Migração e socialização da força de trabalho “desqualificado para Parauapebas-Pará”, Tese de Doutorado UFPA, Belém 2016

PRADO, Júnior Caio, **Formação do Brasil Contemporâneo**, São Paulo, Companhia das Letras, 2011

RIBEIRO. Ruana Soares, **A educação continuada e as políticas públicas no Brasil**, V. M. (Org.). In: Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: 2020

PRADO JR, Caio, **Formação do Brasil Contemporâneo**, - Colônia, São Paulo, Companhia das Letras, 2011

RIBEIRO, Darcy, **O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil**, São Paulo, 2ª ed. Companhia de Letras, 1995

RUMMERT, Maria Sonia, VENTURA, Pereira Jaqueline, **Políticas Públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade- considerações sobre o programa Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola.**

SANTOS, Hélio Jorge dos, **Estado e educação**, São Paulo, Perspectiva, UNESP, 1983

SAVIANI, Demerval, **Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro**, Maringá, 2017 disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572017000300653&lng=pt&tlng=pt, data de acesso, 12/03/2021

_____, **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação v.12 n.34, [s.l.], jan./abr. 2007. disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>, data de acesso: 09/04/2021.

SINGER, Paul, **Dominação e desigualdade: Evolução da estrutura de classes no Brasil**. São Paulo, Paz Terra, 1989, Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001. Disponível em : <http://ambientedetestes2.tempsite.ws/ciencia-para-educacao/publicacao/haddad-s-a-educacaocontinuada-e-as-politicas-publicas-no-brasil-in-vera-maria-masagao-ribeiro-org-educacao-dejovens-e-adultos-novos-leitores-novas-leituras-sao-paulo-mercado-das-letras/>

STRELHOW, Thyeles Borcarte, **Breve Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**, Rio Grande do Sul, PUCRS, 2010

TRINDADE, J. R. B. **A dinâmica dos gastos estatais numa perspectiva marxista, clássica**. Revista de Economia da UFPR (V. 34, n. 4). Curitiba: Editora da UFPR, 2008

VENTURA, Jaqueline P, **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil**: revendo alguns marcos históricos. 2018

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

_____, **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo, FGV, 2013

DOCUMENTOS

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

Declaração de Hamburgo sobre Educação de Jovens e Adultos, 1997, Disponível em: [http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-](http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracaode-hamburgo-sobre-educacao-de-adultos.html)

[Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracaode-hamburgo-sobre-educacao-de-adultos.html](http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracaode-hamburgo-sobre-educacao-de-adultos.html)

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC / FGV – www.cpdoc.fgv.br.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien, 1990, Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-paratodos-conferencia-de-jomtien-1990>

Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004. Brasília:

Ministério da Educação e Cultura, 2004, disponível em:

http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume1_eja_uma_memoria_contemporanea_1996_2004.pdf

Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/1996

LEI 11,741/2008

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000, CNE/CEB Nº 1/2000,

Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos,

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>

SITE Ministério da educação [http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado_ultimo acesso -04/10/2019](http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado_ultimo_acesso_-04/10/2019).

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA PANDEMIA DO COVID-19: O QUE O BRASIL PODE APRENDER COM O RESTO MUNDO? 25 de março de 2020 – World Bank Group Education disponível em :

<https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/hub-socioemocional/politicas-educacionais-na-pandemia-do-covid-19.pdf> acessado em 09/03/2021

Relatório de Acompanhamento da iniciativa Educação para Todos (EPT) da UNESCO, GEM Report /UNESCO, 24 de março 2020, disponíveis em : [How are countries addressing the Covid-19 challenges in education? A snapshot of policy measures](#) data de acesso 09/03/2021